



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

PREGÃO ELETRÔNICO
040/2024

OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA REQUISITOS DO CONVÊNIO Nº 952287/2023, ITENS PARA PATRULHA/RONDAS ESCOLARES.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 22/11/2024 às 10:00h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

[menor preço]

MODO DE DISPUTA:

[aberto]

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM / NÃO

Sumário

1.	DO OBJETO	2
2.	DO REGISTRO DE PREÇOS	2
3.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	2
4.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	3
5.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	5
6.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	5
7.	DA FASE DE JULGAMENTO	8
8.	DA FASE DE HABILITAÇÃO	10
9.	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	12
10.	DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	13
11.	DOS RECURSOS	13
12.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	14
13.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	15
14.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	16



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2024

Torna-se público que o(a) Município de São Miguel dos Campos/AL, sediado na (Av. Dep. Diney Torres Lot. Geraldo Sampaio São Miguel dos Campos - Alagoas CEP 57240-000, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal nº 14.987, de 29 de dezembro de 2023 (São Miguel dos Campos/AL), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS**, através do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO**, para atender a demanda do município de São Miguel dos Campos/AL conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será formada por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação no que for de seu interesse.

1.3. Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no cadastro do Sistema BOLSA NACIONAL DE COMPRAS – BNC (www.bnc.org.br/) e as especificações constantes deste Edital e seus anexos, prevalecerão estas últimas.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam no Decreto Municipal nº 14.987, de 29 de dezembro de 2023, bem como da minuta de Ata de Registro de Preços – ANEXO C.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema BOLSA NACIONAL DE COMPRAS – BNC.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no BOLSA NACIONAL DE COMPRAS – BNC.

3.1.2. **A sessão pública será realizada em 22/11/2024, às 10:00 horas de Brasília/DF, no endereço eletrônico www.bnc.org.br/ (Sistema BOLSA NACIONAL DE COMPRAS – BNC)**

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Os itens em que a participação for exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão discriminados no Mapa de Preços para aferição do estimado de mercado.

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

Av. Clarisse S. Bezerra - S/N, Loteamento Rui
Palmeira
São Miguel dos Campos, Alagoas, 57246-375



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

- 3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.13.1 deste Edital.

**Av. Clarisse S. Bezerra - S/N, Loteamento Rui
Palmeira
São Miguel dos Campos, Alagoas, 57246-375**



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

- 4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos nele disposto, em conformidade.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

5.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **120 (cento e vinte)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.11. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.12. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes, devendo este atender tempestivamente aos chamados do Pregoeiro via CHAT do Sistema BNC.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de R\$0,10 (dez centavos)*.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

- 6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

- 6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 6.21.2.2. empresas brasileiras;
- 6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.22.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os preços unitários máximos contidos no resultado da Pesquisa de Preço / Cotação realizada pelo órgão para aferir o preço estimado, nos termos do Decreto Municipal nº 091, de 27 de dezembro de 2023.
- 6.22.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.
- 6.22.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.22.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.22.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.22.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.22.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)
- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:
- 7.7.1. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.
- 7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.8.1. contiver vícios insanáveis;
- 7.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.10. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 7.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 7.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- 7.10.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 7.10.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

7.12.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.12.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.12.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.12.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. Habilitação Jurídica

8.1.1.1. Registro comercial, no caso de empresário individual;

8.1.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;

8.1.1.3. A comprovação do Ato Constitutivo em vigor poderá ser feita mediante apresentação do Contrato Social ou o Estatuto acompanhado de todas as alterações posteriores, se houver, ou pelo Contrato Consolidado contemplando as alterações posteriores, se houver;

8.1.1.4. Ato constitutivo/contrato social, no caso de sociedades simples, acompanhado de prova de diretoria em exercício;

8.1.1.5. Certidão expedida por Órgão de Registro Público comprovando inscrição do ato constitutivo, em caso de sociedades simples;

8.1.1.6. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.1.2. Regularidade fiscal e trabalhista:

8.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídica na Secretaria da Receita Federal (CNPJ);

8.1.2.2. Prova de regularidade para com a fazenda municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

8.1.2.3. Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e com o INSS;

8.1.2.4. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação da Certidão de Regularidade Fiscal (CRF). ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.

8.1.2.5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em cumprimento ao disposto na Lei 12.440/2011.

8.1.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

8.1.4. Certidão negativa de falências expedida pelo distribuidor da sede da licitante;

8.1.5. Apresentação de Capital mínimo não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

O valor estimado da contratação é de R\$ 4.256.889,37 (Quatro Milhões e Duzentos e Cinquenta e Seis Mil e Oitocentos e Oitenta e Nove Reais e Trinta e Sete Centavos).

8.1.6. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

8.1.7. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.1.8. Qualificação técnica:

8.1.8.1. O proponente deverá comprovar que está apto para desempenhar as atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da presente licitação, apresentando atestado(s) de desempenho(s) anterior(es), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando a capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. O licitante deverá apresentar Certidão negativa de falências expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada, a qualquer momento, para envio no prazo de (02) dois dias úteis, para postagem ou protocolo, o qual poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Pregoeiro, mediante solicitação circunstanciada da Licitante.

8.7. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.9. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.10. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

8.11. O objeto da contratação que depender de avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, agendada pelos meios dispostos neste edital. Caso diverso, deverá assinar declaração formal, com dados do seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no BOLSA NACIONAL DE COMPRAS – BNC.

8.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no sistema BOLSA NACIONAL DE COMPRAS – BNC serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

8.14. A verificação dos documentos de habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

**Av. Clarisse S. Bezerra - S/N, Loteamento Rui
Palmeira
São Miguel dos Campos, Alagoas, 57246-375**



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23 e Decreto Municipal nº 091, de 27 de dezembro de 2023.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico do Sistema BOLSA NACIONAL DE COMPRAS – BNC e oficial do Município.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 12.1.5. fraudar a licitação
- 12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.2.1. advertência;
- 12.2.2. multa;
- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta)** dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*: <https://www.bnc.org.br/>

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

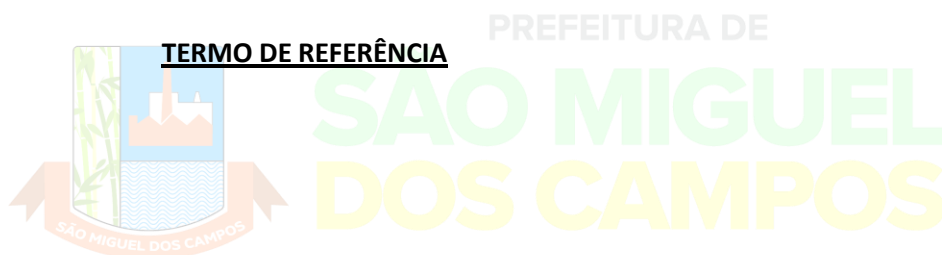
- 14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.bnc.org.br/>.
- 14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
 - 14.11.1. ANEXO A - Termo de Referência
 - 14.11.1.1. Apêndice do Anexo A – Estudo Técnico Preliminar
 - 14.11.2. ANEXO B – Minuta de Termo de Contrato
 - 14.11.3. ANEXO C – Minuta de Ata de Registro de Preços
 - 14.11.4. ANEXO D – (....)

São Miguel dos Campos/AL 05 de novembro de 2024.

George Clemente Vieira
Prefeito



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS



TERMO DE REFERÊNCIA

Proposta Transferegov.br: 017005/2023

1 - Fundamentação do pedido:

A aquisição dos itens correlacionados envolvem a estruturação da patrulha Ronda Escolar da Guarda Municipal, através de rondas preventivas e patrulhamento diário da cidade de São Miguel dos Campos, bem como, atividade lúdicas com grupamento da guarda mirim através da música, reforço escolar e aulas com recursos multimídia.

A Ronda Escolar no âmbito da Guarda Municipal de São Miguel dos Campos é um trabalho preventivo que visa, entre outras coisas, à proteção da comunidade escolar bem como à segurança dos estabelecimentos de ensino e todo o seu entorno.

A Ronda Escolar da Guarda Municipal de São Miguel dos Campos é desempenhada desde a criação através do decreto nº 14.496/2017.

**Av. Clarisse S. Bezerra - S/N, Loteamento Rui
Palmeira
São Miguel dos Campos, Alagoas, 57246-375**



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

Figura 01 – Decreto da Ronda Escolar



Fonte: Acervo da GCMSMC (2017)



SÃO MIGUEL
DOS CAMPOS

O Grupamento de Ronda Escolar é um projeto desenvolvido a partir da ótica de que a Guardamunicipal de São Miguel dos Campos tem um papel fundamental na prevenção da violência e na segurança da escola e na comunidade, com ênfase na criança e no adolescente como cidadãos em formação. Seguindo os preceitos do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente e dentro da filosofia de policiamento comunitário.

A Ronda Escolar também realiza reuniões, palestras e rodas de conversas nas 24 unidades escolares da Rede Municipal de Ensino e também a convite nas escolares estaduais e particulares com alunos, pais, professores e funcionários.

Figura 02 – Decreto da Ronda Escolar



Fonte: Acervo da GCMSMC (2023)

Figura 03 – Reportagem sobre as palestras



ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

Alunos e professores da Escola Rui Palmeira participaram de palestra com a GCM

Publicado em: 6 abr 2017 às 23:36, Última atualização em: abril 6, 2017 às 23:36

0

Compartilhamentos

Facebook

Twitter

Print



Na noite desta quinta (06), alunos da Escola Municipal Rui Palmeira, situada na Rua Cel. José Antônio da Cruz, participaram de palestra com agrupamento da GCM Escolar que tratou de assuntos como a presença da Guarda nas escolas e nos ônibus escolares do município.

A atuação da GCM nas escolas está a cada vez mais trazendo respostas positivas para a população miguелense, pois o auto índice de vandalismo que havia anteriormente entre os alunos está reduzindo e que, agora, os pais estão ficando mais tranquilos com seus filhos quando estes vão à escola para estudarem.

As palestras realizadas pela GCM é mais uma das muitas ferramentas que a instituição está utilizando para manter a boa ordem na cidade, e nas escolas do município não poderia ser diferente, pois o número de delinquentes que praticam vandalismo nos ônibus e nas escolas não estão mais acontecendo com frequência.

Mais notícias

Verdade por trás das redes sociais

Assistentes sociais da Emater orientam famílias quilombolas de Arapiraca

Ato contra perseguição política acontece nesta quinta-feira na Rectoria do IFAL

Campo limpo: Cooperativa prepara campanha para estimular devolução de embalagem de defensivos agrícolas

Prefeito Cacau consegue liberação de recursos para construção e reforma de escolas em Marechal Deodoro

Fonte: Acervo da GCMSMC (2017)



Av. Clarisse S. Bezerra - S/N, Loteamento Rui
Palmeira
São Miguel dos Campos, Alagoas, 57246-375

O Grupamento da Ronda Escolar está presente nas 24 escolas do município e dando apoio em rondas nas escolas estaduais e particulares, trazendo segurança, equilíbrio social, doutrina, e respeito dentro do âmbito escolar. No ano de 2019, por exemplo, a Guarda Municipal atendeu a 111 ocorrências dentro da comunidade escolar que vão de ameaças aos professores, furto e uso de entorpecente, até assalto a mão armada e apreensão de armas dentro das escolas. Desde sua criação o grupamento da Ronda Escolar conseguiu afastar drogas e produtos ilícitos nas escolas, além de auxiliar em atendimento de grande importância para alunos.

Figura 04 – Ação do Grupamento Escolar da GMSMC

25/07/2017 | 14:05 | AlagoasWeb | Por Redação

Grupamento Escolar da Guarda Civil apreende adolescente com drogas dentro de escola

Menor foi encaminhado a 6ª DRP

AlagoasWeb



Um adolescente de 13 anos, foi apreendido nesta terça-feira (25), pelo Grupamento Escolar da Guarda Civil Municipal de São Miguel dos Campos.

O menor foi flagrado, após denúncias, com uma quantidade de drogas dentro da Escola José Marcos da Rocha, no Povoado Coité, zona rural do município.

O adolescente está sendo acusado de comercializar o entorpecente entre alunos, dentro da entidade estudantil.

Com ele a GM apreendeu 15 bombinhas de maconha.

O menor foi encaminhado a 6ª Delegacia Regional, onde foi ouvido e atuado pelo crime, mas deve ser liberado após os procedimentos.

OUTRAS IMAGENS



Fonte: Alagoasweb.com (2017)

Figura 05 – Ação do Grupamento Escolar da GMSMC



Fonte: Alagoasweb.com (2017)

Nos anos de 2020 a 2021 tivemos uma deficiência na coleta de dados por conta da pandemia, já em 2022 podemos mensurar os crimes que envolveram a comunidade escolar a qual caiu significativamente com o trabalho incessante da Guarda Municipal nas escolas. No ano de 2020 foi implantado o projeto Guarda mirim que visa trazer a comunidade escolar para dentro do centro de comando da Guarda Municipal através de aulas de flauta doce, aulas de violão, de artes maciais e reforço escolar. Inclusive realizando apresentações em diversões eventos da cidade.

Figura 06 – Apresentação do Grupamento Guarda Mirim



Fonte: Alagoasweb.com (2017)



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

Embora a Guarda Municipal desenvolva um trabalho de excelência junto à comunidade escolar ela se torna lenta por falta de estrutura, aparato logístico e tecnologias da informação voltadas para segurança pública, mesmo atuando dentro da comunidade escolar desde 2017, por falta da estrutura adequada se torna defasada diante do avanço da tecnologia. Atualmente são realizadas rondas nas 24 unidades escolares do município com um veículo cedido pela Secretaria Municipal de Educação, as rondas se tornam comprometidas por falta de mais efetivo da Guarda Municipal e veículos que comportem os avanços esperados. Com essa falta de estrutura, as criançasse tornam alvo fácil diante dos crimes escolares e sem a proteção do município através da Guarda Municipal, se tornando suscetíveis ao aliciamento de usuários de drogas no entorno escolar e sensação de medo por falta do poder do Estado através dos agentes de segurança pública.

Do mesmo modo faz necessário ampliar o trabalho social desenvolvido pela Ronda Escolarchamado de Guarda Mirim. O início do projeto foi com a subinspetora Marinelma Santos Silva, com bastante dificuldades, sem apoio da administração pública da época. A subinspetora vendia rifas, realizava brechó para manutenção do projeto e com muita garra, conquistou espaço e apoio da administração pública, porém ainda não é o suficiente em termo de estrutura para a pretensão do projeto. Atualmente possui 50 alunos oriundos preferencialmente de escolas públicas, idade de 8 aos 14 anos. Pretendesse aumentar a quantidade de alunos mas depende da estrutura. Realizando aulas lúdicas no turno oposto ao estudo escolar. Os Guardas Mirins têm aulas de xadrez, defesa pessoal, violão e flauta doce. O projeto pretendo ampliar as aulas de reforço de matemática e português. Também a criação da sala de multimídia com notebooks ofertando cursos relacionado ainclusão digital. Vale ressaltar que todos os instrutores são voluntários do quadro efetivo da GuardaMunicipal.

Item	Fundamentação
Viatura caracterizada, tipo SUV	O projeto visa estruturar dois veículos automotivo caracterizados (viaturas) para que se faça atendimento de pronto emprego, uma viatura terá seu trabalho efetivo na parte alta da cidade e a outra na parte baixa dacidade distribuído de forma zoneada. O município de São Miguel dos Campos possui 335,683km ² . Essas viaturas estarão ocupadas por integrantes da guarda municipal treinados e qualificados e dará assistência as unidades escolares. O acionamento das viaturas podem ocorrer por telefone ou pelo

**Av. Clarisse S. Bezerra - S/N, Loteamento Rui
Palmeira
São Miguel dos Campos, Alagoas, 57246-375**



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS


	acionamento do botão do antipânico instalado já instalados nas unidades escolares do município.
Viatura caracterizada, tipo Motocicleta	Visando a implantação de um grupamento específico de motocicleta, seguindo os padrões de patrulhamento com três agentes, como a



PREFEITURA DE
SÃO MIGUEL
DOS CAMPOS



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

	motocicleta se torna um veículo mais ágil ele chegará primeiro na situação na unidade escolar. A meta é que com agentes treinados nas motocicletas cheguem em no máximo 05 minutos, seguido pela viatura automotiva mais próxima.
Colete balístico III A - Masculino	Equipamento de Proteção Pessoal para os profissionais da guarda municipal pertencente ao grupamento ronda escolar possa ter a proteção ao tronco, quanto a ameaças de impacto de choque mecânico. Nível IIIA resiste a impactos com velocidades médias de 427 metros por segundo. Armas como as pistolas 9 milímetros e as Magnum .44 estão entre as que produzem impactos dessa natureza. Equipamento fundamental para o uso diário para proteção e preservação da vida do agente de segurança pública.
Aeronave teleguiada (drones) 	O equipamento gera uma resposta mais rápida, econômica e eficiente para o patrulhamento aéreo. Os drones são bem mais baratos do que o uso de helicópteros requer apenas o carregamento das baterias e os profissionais qualificados da guarda municipal para poder operar. O objetivo do drone é fazer o patrulhamento no entorno das 24 unidades escolares do município, a fim de combater crimes nas regiões escolares inibindo a venda e uso de entorpecentes e trazendo mais segurança para os alunos, professores, pais e familiares dos alunos.
Projutor multimídia	O Projutor multimídia vai ser utilizado para as atividades lúdicas do grupamento Guarda Ronda Escolar também do projeto social Guarda Mirim. O projetor serve como material de apoio para palestras e rodas de conversas que o grupamento da Ronda Escolar venha realizar nas unidades escolares e congêneres. O projetor multimídia deve ser utilizado na complementação das atividades realizadas do projeto social Guarda Mirim principalmente na sala de recurso de multimídia.
Caixa som	Da mesma forma da importância do projetor multimídia, Caixa de som é o complemento das atividades lúdicas a ser implementada pela Ronda Escolar da Guarda Municipal e também da Guarda Mirim.
Notebook	Equipamento de suma importância para ser implantado na sala de multimídia do projeto social Guarda Mirim, promovendo a inclusão digital dos alunos desse projeto. Notebook também serve como equipamento para registros das ações que são executadas pelo Grupamento da Ronda Escolar bem como o controle do próprio projeto social da Guarda Mirim. Pretensão é a criação da sala de multimídia, com notebook, ligados a internet (já possui o município).



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS


Impressora	Equipamento para ser utilizado para impressão de relatório e congêneres do Grupamento da Ronda Escolar. A impressora também vai servir comomaterial de apoio do grupamento escolar.
Microfone	Outro equipamento audiovisual para complemento das atividades lúdicasa ser implementada pela Ronda Escolar da Guarda Municipal e também da Guarda Mirim.





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

2 - Definição do Objeto e estimativa de valores:

ITEM	DESCRIÇÃO	MEDIDA	QUANTIDADE
1	 <p>VIATURA CARACTERIZADA DO TIPO SUV</p> <p>Viatura caracterizada policial tipo SUV (Veículo Utilitário Esportivo) para emprego operacional na atividade de segurança pública, conforme a Norma Técnica SENASP Nº 006/2022 e Termo de Referência.</p> <p>Especificações Mínimas do Veículo:</p> <ul style="list-style-type: none">-Tipo do Veículo: SUV (Sport Utility Vehicle), fabricação nacional.-Ano e Modelo: Não inferior à data da contratação.-Cor: branca conforme especificação do órgão contratante.-Portas: 5 portas (4 laterais e 1 traseira).-Combustível: Bicomcombustível (etanol/gasolina).-Potência do Motor: Mínimo de 150 CV com qualquer um dos combustíveis.-Torque: Mínimo de 20 kgf.m com qualquer um dos combustíveis.-Câmbio: Automático de 6 marchas.-Tração: 4x4 ou 4x2, conforme especificação do órgão contratante.-Direção Assistida: Hidráulica ou elétrica.-Suspensão: Reforçada para suportar o peso adicional dos equipamentos e garantir estabilidade.-Freios: Discos ventilados na dianteira e traseira, com sistema ABS e EBD (Distribuição Eletrônica de Frenagem).-Pneus: Aro 17" ou superior, incluindo estepe.-Entre Eixos: Mínimo de 2.600 mm.-Capacidade de Passageiros: 5 lugares.-Porta-Malas: Capacidade mínima de 500 litros.-Tanque de Combustível: Capacidade mínima de 60 litros.-Ar Condicionado: Automático, quente e frio.	Unidades	2



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS



-Vidros Elétricos: Nas quatro portas.
-Travas Elétricas: Em todas as portas.
-Sistema de Som: Rádio AM/FM, USB, Bluetooth.
-Computador de Bordo: Inclusão de sistema de navegação GPS.
-Iluminação: Luzes de emergência LED no teto, faróis de alta intensidade e luzes estroboscópicas integradas.
-Comunicação: Rádio transceptor de alta frequência, sistema de comunicação digital e antenas externas.
-Câmera de Ré: Inclusa.
-Sensores de Estacionamento: Dianteiros e traseiros inclusos.
-Interior:
Assentos reforçados, bancos traseiros rebatíveis, encostos de cabeça em todos os bancos, e jogo de tapetes de borracha.
-Protetor de Câter e Câmbio: Instalado.
-Película de Proteção Solar: Em todos os vidros, exceto para-brisa, dentro das regulamentações vigentes.
Segurança:
-Airbags frontais duplos (motorista e passageiro), laterais e de cortina.
-Sistema de Controle Eletrônico de Estabilidade (ESP).
-Sistema ABS.
-Luz auxiliar de freio (brake light).
-Cintos de segurança dianteiros e traseiros retráteis de três pontos.
-Desembaçador do vidro traseiro.
-Equipamentos Exigidos pelo CONTRAN: Atender às resoluções pertinentes.

Entrega e Condições

Garantia: Mínimo de 3 anos ou 100.000 km.

A viatura deve ser entregue registrada e emplacada conforme Art. 120 da Lei N. 9.503/97.

Viatura caracterizada policial tipo SUV (Veículo Utilitário Esportivo) para emprego operacional na atividade de segurança pública, conforme a Norma Técnica SENASP Nº 006/2022 e Termo de Referência.

Especificações Mínimas do Veículo:



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

	<ul style="list-style-type: none">-Tipo do Veículo: SUV (Sport Utility Vehicle), fabricação nacional.-Ano e Modelo: Não inferior à data da contratação.-Cor: branca conforme especificação do órgão contratante.-Portas: 5 portas (4 laterais e 1 traseira).-Combustível: Bicomcombustível (etanol/gasolina).-Potência do Motor: Mínimo de 150 CV com qualquer um dos combustíveis.-Torque: Mínimo de 20 kgf.m com qualquer um dos combustíveis.-Câmbio: Automático de 6 marchas.-Tração: 4x4 ou 4x2, conforme especificação do órgão contratante.-Direção Assistida: Hidráulica ou elétrica.-Suspensão: Reforçada para suportar o peso adicional dos equipamentos e garantir estabilidade.-Freios: Discos ventilados na dianteira e traseira, com sistema ABS e EBD (Distribuição Eletrônica de Frenagem).-Pneus: Aro 17" ou superior, incluindo estepe.-Entre Eixos: Mínimo de 2.600 mm.-Capacidade de Passageiros: 5 lugares.-Porta-Malas: Capacidade mínima de 500 litros.-Tanque de Combustível: Capacidade mínima de 60 litros.-Ar Condicionado: Automático, quente e frio.-Vidros Elétricos: Nas quatro portas.-Travas Elétricas: Em todas as portas.-Sistema de Som: Rádio AM/FM, USB, Bluetooth.-Computador de Bordo: Inclusão de sistema de navegação GPS.-Iluminação: Luzes de emergência LED no teto, faróis de alta intensidade e luzes estroboscópicas integradas.-Comunicação: Rádio transceptor de alta frequência, sistema de comunicação digital e antenas externas.-Câmera de Ré: Inclusa.-Sensores de Estacionamento: Dianteiros e traseiros inclusos.-Interior: Assentos reforçados, bancos traseiros rebatíveis, encostos de cabeça em todos os bancos, e jogo de tapetes de borracha.-Protetor de Câter e Câmbio: Instalado.-Película de Proteção Solar: Em todos os vidros, exceto para-brisa, dentro das regulamentações vigentes.	
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--




ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

	<p>Segurança:</p> <ul style="list-style-type: none">-Airbags frontais duplos (motorista e passageiro), laterais e de cortina.-Sistema de Controle Eletrônico de Estabilidade (ESP).-Sistema ABS.-Luz auxiliar de freio (brake light).-Cintos de segurança dianteiros e traseiros retráteis de três pontos.-Desembaçador do vidro traseiro.-Equipamentos Exigidos pelo CONTRAN: Atender às resoluções pertinentes. <p>Entrega e Condições</p> <p>Garantia: Mínimo de 3 anos ou 100.000 km.</p> <p>A viatura deve ser entregue registrada e emplacada conforme Art. 120 da Lei N. 9.503/97.</p> <p>PREFEITURA DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS</p>		
		<p>GRAFISMO para Viatura policial tipo SUV para emprego operacional na atividade de segurança pública - tipo adesivos e/ou plotagem (sejam faixas, símbolos, brasões, dizeres e alfanuméricos) confeccionado em vinil resistente a água e exposição solar conforme padrões e critérios a serem definidos pelo órgão contratante.</p>	



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

		<p>SINALIZAÇÃO VISUAL para Viatura policial tipo SUV - Barra sinalizadora em formato linear, arco ou elíptico, cujas dimensões ocupem mais de 80% da largura do teto do veículo e não ultrapassem a dimensão máxima da largura do teto, que deverá ser fixada no teto da viatura, no alinhamento da coluna "B", por meio de base, confeccionada em policarbonato cristal ou ABS preto e estrutura metálica de alumínio extrudado.</p>		
		<p>SINALIZAÇÃO ACÚSTICA para Viatura policial tipo SUV - Sinalizador acústico constituído por uma chave seletora, ou momentânea instalada de modo oculto e uma unidade sonofleora com capacidade de 120db. 1m de distância, instalada no compartimento do motor, com 4 tipos distintos de som, sistema de megafone independente, com ajuste de ganho, e potência de no mínimo 70W RMS, com o microfone instalado no porta-luvas, alimentado em 12 Vcc.</p>		




ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

		<p>ADAPTAÇÕES E ACESSÓRIOS para Viatura policial tipo SUV - Compartimento de acondicionamento provisório de detidos. dispositivos de segurança passiva do tipo "Santo Antônio" e "quebra-mato" Rádio transceptor móvel com receptor de GPS interno, Alimentação com 12 VDC, Controle de iluminação do display, com registro de entrada e saída da rede. Kit de instalação veicular contendo suporte, cabo de alimentação, cabo coaxial com conectores compatíveis com o rádio e a antena de RF, alto-falante externo e microfone de mão com PTT (Aperte para falar). Potência mínima 40W, alto-falante interno frontal mínimo de 4 Watts; Controle de potência em transmissão e recepção; Bloqueio de canal ocupado,; Canalização de 12,5 KHz; Programável via Software/PC, Função de emergência, produto homologado pelo órgão competente.</p>		
2	VIATURA CARACTERIZADA (MOTOCICLETA)	<p>Viatura caracterizada tipo motocicleta para emprego operacional na atividade de segurança pública.</p> <p>Especificações Mínimas do Veículo</p> <p>Motocicleta caracterizada no mínimo de 150 cilindradas, modelo não inferiores à data da contratação ou posterior, monocilíndrico 4 tempos, arrefecido a ar, sistema de partida elétrica, sistema alimentação de injeção eletrônica, transmissão 5 velocidades, freios cbs, capacidade do tanque, mínimo de 10 litros.</p> <p>- A viatura deve ser entregue registrada e emplacada conforme Art. 120 da Lei N. 9.503/97.</p>	Unidades	2



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

		<p>Grafismo para motocicleta viatura caracterizada tipo motocicleta para emprego operacional na atividade de segurança pública - tipo adesivos e/ou plotagem (sejam faixas, símbolos, brasões, dizeres e alfanuméricos) confeccionado em vinil resistente a água e exposição solar conforme padrões e critérios a serem definidos pelo órgão contratante.</p>		
3	AERONAVES TELEGUIADAS	<p></p> <p>Tipo quadricóptero com capacidade de decolagem e pouso na Vertical com Sensor de obstáculo contra impactos na parte frontal, traseira, superior e inferior; ? Capacidade de manter o voo estável em ambientes fechados, sem se chocar com as paredes; ? Transmissão Integrada de Longo Alcance, mínimo de 2 Km; ? Peso máximo de decolagem com bateria não inferior a 245g.; ? Velocidade Máxima de subida mínima de 2 m/s; ? Velocidade Máxima de descida mínima de 1,5 m/s; ? Velocidade de voo máxima não inferior: 12m/s ? Tempo Máximo de voo igual ou superior a 20 minutos; ? Faixa de Temperatura Operacional de 0 a 40º ou melhor; ? Ângulo máximo de inclinação não inferior: 30º (Modo S) 25º (Modo N)* 15º (Modo C). ? Sistemas de Satélite GPS, GLONASS, Galileo ou BeiDou; ? Com dimensões mínima Desdobrado: 145x 190 x 46mm (CxLxA); ? Dimensões mínimas dobradas: (CxLxA): 140 x 85 x 60 mm, ? Gimbal mecânico de 3 eixos. CÂMERA ? Sensor: 1/2 CMOS ou superior ? Pixels efetivos mínimo de 12 MP ou superior ? Formato de foto: JPEG/DNG ou superior ? Formato de vídeos: MP4 ? Câmera acoplada com mínimo em resolução para vídeo: FHD e 4K, ? HDR 4K ou superior. ? Resolução mínima da foto: 3000 x 2000 CONTROLE REMOTO ? Dispositivo de comunicação sem fio, responsável em integrar o sistema da aeronave e o sistema de rádio controle da aeronave; ? Frequência mínima de trabalho: 2.400 - 2.4835 GHz; 5.725 - 5.850 GHz ou melhor ? Distância Máxima controlável: 18 km ? Bateria em Lítio de: 2250 mAh ou superior ? Entrada para porta de carga: Micro USB CARREGADOR Entrada de 100-240 V, 50-60 Hz, 0,5 A; Saída Principal: 12V 1,5 A / 9 V 2A / 5V 3A Potência nominal mínima de 18W. HUB CARREGADOR DE BATERIAS ? 01 (um) Hub para carregamento bidirecional; ? Dev</p>	Unidade	1



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS



e ser fornecido sem prejuízo ao item que deve acompanhar a aeronave; JOGO DE HÉLICES Além das hélices fornecidas com a aeronave, deve rão ser fornecidas mínimo de 02 (duas) hélices sobressalentes, originais do fabricante e compatíveis com a aeronave. CARTÃO DE MEMÓRI
A ? Compatível com cartões de memória: SD e microSD ? Capacidade de armazenamento mínimo 64 GB; CERTIFICADO DE HOMOLOGA
ÇÃO O fornecedor fica obrigado a apresentar o Certificado de Homologação do equipamento e identificação do produto homologado (selo imp resso ou afixado), conforme previsto nos termos do art. 39 do Regulamento anexo à Resolução Anatel nº 242, em todas as unidades comercializ adas, antes de sua efetiva distribuição ao mercado, assim como observar e manter as características técnicas que fundamentaram a certificação original. TESTES DE DESEMPENHO E OBSERVAÇÕES GERAIS ? O equipamento deverá estar em condições de perfeito funcionamento e pronto para uso, mesmo que peças, acessórios e softwares não estejam mencionados nos itens acima. ? Como condição prévia de recebimento, deverá ser realizada entrega técnica dos equipamentos nas instalações da unidade demandante, onde serão realizados os testes de desempenho d e todo o conjunto. Todos os itens descritos acima deverão ser testados na entrega do produto. ? Todo o equipamento deva funcionar com plena capacidade de recursos sem a necessidade de aquisição de adaptadores ou similares a parte. GARANTIA DO EQUIPAMENTO A garantia inte gral do equipamento, deve ser de, no mínimo, 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, com início de vigência a contar da data efetiva de recebimento definitivo.

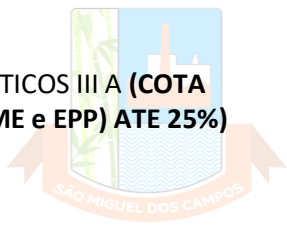


ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

4	COLETES BALÍSTICOS III A (COTA AMPLA)	<p>Coletes balísticos III A – Tamanho M - Masculino: Os coletes de proteção balística são produtos controlados pelo Exército Brasileiro de acordo com a Portaria nº 18/2006 EB/MD e normas complementares, cuja classificação do nível de proteção referência a Norma NIJ Standard 0101.04 (2001), do “Instituto Nacional de Justiça dos Estados Unidos da América, nos níveis I, II-A, II, IIIA, III e IV”, e são estabelecidas de acordo com o Relatório Experimental do Exército Brasileiro - ReTex, sendo obrigatória a apresentação de RETEX, RAT ou o Certificado de Conformidade do Protótipo de Produtos Controlados pelo Exército (PCE), devidamente apostilados, conforme exigência da portaria 189-EME/2020. REFE RÊNCIAS NORMATIVAS A normatização brasileira e estrangeira em vigor constituem premissas a Coletes de Proteção Balística, sendo disposta pelos seguintes documentos: - Decreto nº 10.030, de 30 de setembro de 2019, que dá nova redação ao Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados (R-105); - Portaria Exército Brasileiro nº 18 - D LOG, de 19 de dezembro de 2006, que aprova as Normas Reguladoras da Avaliação Técnica, Fabricação, Aquisição, Importação e Destruição de Coletes à Prova de Balas, e dá providências; - Portaria Municipal nº 70 - de 13 de julho de 2023, Dispõe sobre a publicação da tabela do efetivo operacional e não operacional da Guarda Municipal de São Miguel dos Campos, para fins de dotação e aquisição de armamento, munição, coletes balísticos e dá outras providências. - Portaria MJSP nº 104, de 09 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o Pró- Segurança - Programa Nacional de Normalização e Certificação de Produtos de Segurança Pública; e - NT-Senasp 003/2021, que estabelece os requisitos mínimos para coletes de proteção balística para profissionais de segurança pública, bem como os métodos para realização dos ensaios, de forma a garantir a segurança, a qualidade, o desempenho e a confiabilidade desses equipamentos de proteção, especificando os níveis de ameaça e os respectivos calibres ao qual o colete de proteção balística deve ser capaz de evitar perfuração ou deformações para a atividade profissional de segurança pública. (Aprovada pela PORTARIA nº 281, de 21 de maio de 2021).</p>	Unidades	75
---	---------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------	----




ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

5	 <p>COLETES BALÍSTICOS III A (COTA RESERVADA (ME e EPP) ATE 25%)</p>	<p>Coletes balísticos III A – Tamanho M - Masculino: Os coletes de proteção balística são produtos controlados pelo Exército Brasileiro de acordo com a Portaria nº 18/2006 EB/MD e normas complementares, cuja classificação do nível de proteção referência a Norma NIJ Standard 0101.04 (2001), do “Instituto Nacional de Justiça dos Estados Unidos da América, nos níveis I, II-A, II, IIIA, III e IV”, e são estabelecidas de acordo com o Relatório Experimental do Exército Brasileiro - ReTex, sendo obrigatória a apresentação de RETEX, RAT ou o Certificado de Conformidade do Protótipo de Produtos Controlados pelo Exército (PCE), devidamente apostilados, conforme exigência da portaria 189-EME/2020. REFE RÊNCIAS NORMATIVAS A normatização brasileira e estrangeira em vigor constituem premissas a Coletes de Proteção Balística, sendo disposta pelos seguintes documentos: - Decreto nº 10.030, de 30 de setembro de 2019, que dá nova redação ao Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados (R-105); - Portaria Exército Brasileiro nº 18 - D LOG, de 19 de dezembro de 2006, que aprova as Normas Reguladoras da Avaliação Técnica, Fabricação, Aquisição, Importação e Destruição de Coletes à Prova de Balas, e dá providências; - Portaria Municipal nº 70 - de 13 de julho de 2023, Dispõe sobre a publicação da tabela do efetivo operacional e não operacional da Guarda Municipal de São Miguel dos Campos, para fins de dotação e aquisição de armamento, munição, coletes balísticos e dá outras providências. - Portaria MJSP nº 104, de 09 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o Pró- Segurança - Programa Nacional de Normalização e Certificação de Produtos de Segurança Pública; e - NT-Senasp 003/2021, que estabelece os requisitos mínimos para coletes de proteção balística para profissionais de segurança pública, bem como os métodos para realização dos ensaios, de forma a garantir a segurança, a qualidade, o desempenho e a confiabilidade desses equipamentos de proteção, especificando os níveis de ameaça e os respectivos calibres ao qual o colete de proteção balística deve ser capaz de evitar perfuração e deformações para a atividade profissional de segurança pública. (Aprovada pela PORTARIA nº 281, de 21 de maio de 2021).</p>	Unidades	18
---	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------	----



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

6	PROJETOR MULTIMÍDIA 	<p>Sistema de projeção - Na tecnologia 3LCD; e Visor de LCD de no mínimo 0,59 polegadas. Resolução Nativa: De no mínimo 1280 X 800. Brilh</p> <p>o - Em cores de no mínimo 3.000 lúmens; e - Em branco de no mínimo 3.000 lúmens. Menu: Podendo possuir outros idiomas, mas é imprescindível que possua idioma português. Contraste: De no mínimo 10.000:1. Lente de Projeção - Optical zoom manual e com foco manual; e - Tamanho da imagem de no mínimo 30 polegadas. Vida Útil: De no mínimo 6.000 horas na função normal e até 18.000 horas na função ECO. Fonte de Alimentação: De 100 V a 240 V, 50/60 Hz Ruído: De no máximo 37dB Conexões - Mínimo 02 (duas) conexões HDMI; - Conexão USB; - Entrada e saída do computador; - RCA áudio; - RCA vídeo; - Entrada e saída de áudio; - Conexão RS-232C; - Conexão RJ45; - Conexão para cabo de alimentação; e - Autofalante. Não será admitido adaptadores para conexões Acessórios - Cabo de alimentação com no mínimo 1,8 m; - Cabo HDMI com no mínimo 1,8 m; - Manual de instalação; - Controle remoto com pilha; e - Apresentador passador de slide, com botões emborrachados, botão liga/desliga, botão retornar e avançar slide, botão laser e botão tela cheia; com receptor USB ultra slim e wireless 2.4 GHz; com distância de comunicação mínima de 10 metros. Bolsa - Para viagem na cor preta, com compartimentos acolchoados para acondicionar o projetor multimídia e seus acessórios; - Confeccionada em material de alta resistência e resistente a água; - Com fechamento dos bolsos por velcro de alta qualidade; e - Alça ergonômica e confortável para transportar nas costas. Garantia: A garantia integral do equipamento, deve ser de, no mínimo, 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, com início de vigência a contar da data efetiva de recebimento definitivo</p>	Unidades	2
---	------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------	---



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

7	CAIXA DE SOM	<p>Caixa som com cores neutras, tal como preto, prata ou cinza. Potência mínima 250 w, voltagem: bivolt para tensões 110/220 Volts. Display digital, entrada para microfone, entrada auxiliar, entrada usb, entrada para instrumentos musicais e bluetooth. Aparelho deve ter suporte para cartão de memória. Com bateria interna recarregável mínimo de 4000 mah. Bateria com duração de no mínimo 3 horas. Volume independente do microfone, alça de transporte. Função REC (gravação), Função Rádio com Frequência FM com busca automática de estação. . O aparelho deve reproduzir formato MP3 ofertando troca e leitura por pasta, aparelho deve tem no mínimo a dimensão 40x20x20 cm (altura x largura x profundidade), Manual do usuário e/ou guia de configuração e/ou Guia de instalação em português. Garantia: A garantia integral do equipamento, deve ser de, no mínimo, 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, com início de vigência a contar da data efetiva de recebimento definitivo</p>	Unidades	2
---	--------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------	---






ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

8	NOTEBOOK	<p>Cor: Cores neutras, tal como preto, prata ou cinza. Bateria: Com adaptador AC bivolt para tensões 110/220 Volts e no mínimo 45WHr. Placa mãe: Compatível com os periféricos citados. Processador - O processador deverá possuir no mínimo 4 núcleos e 8 threads; - Clock de no mínimo 2.40 GHz e no máximo 4.5 GHz; - Cache de 8 MB L3; e - Ser de última geração e estar em produção. Sistema Operacional: Deverá vir instalado com sistema operacional similar ao Microsoft Windows 10 ou superior, em português. Aceitável sistema Linux ou similar. Memória RAM - Capacidade de no mínimo 8 GB; - Do tipo DDR4 ou superior; - Com clock de no mínimo 2666 e máximo de 3200Mhz; e - Equipamento compatível com um total de no mínimo 16 GB. Armazenamento - Com disco SSD Pcie Nvme M.2; e - Capacidade de no mínimo 256 GB Tela - Com tamanho de 15.6"; - Resolução Full HD de no mínimo 1920 x 1080; - Iluminação LED; e - Anti Reflexo. Teclado e mouse integrado - Teclado padrão em Português (Brasil – Padrão ABNT2); - Teclado numérico incluso; e - Mouse tipo touchpad com 2 botões e scroll. Áudio: Integrado com autofalante estéreo. Webcam: Acoplada ao gabinete, centralizada na parte superior da tela. Conectividade - Bluetooth 5.1; - Entrada para headset; - HDMI 2.0; - Mínimo de 2 (duas) portas USB, sendo no mínimo 1 (uma) USB 3.2; - LAN Ethernet RJ45 ou com adaptador. Garantia: A garantia integral do equipamento, deve ser de, no mínimo, 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, com início de vigência a contar da data efetiva de recebimento definitivo</p>	Unidades	14
---	----------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------	----



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

9	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL	 <p>Impressora multifuncional com tipo de impressão: jato tinta colorida, conexões: USB 2.0 de alta velocidade, Wireless, WI-FI, Direct, Função copiadora; função Scanner com resolução scanner mínima :1.200 x 2.400 dpi. Velocidade de impressão no mínimo 18 ppm e velocidade de impressão em Preto no mínimo de 25ppm. Com resolução da impressão mínima Preto :600 x 1200 dpi ou melhor e colorida mínima de 4800x1200 dpi. Com ciclo mensal mínimo de 1000 páginas. Capacidade de entrada de papel igual ou superior a 100 folhas (75g), igual ou superior 20 folhas de papel fotográfico (180g), mínimo 10 envelopes. Tamanhos de papel suportados, pelo menos as seguintes: A4, B5, A6, Envelope e ofício. Capacidade da bandeja de saída igual ou superior de 20 folhas papel 75g. Impressão frente e verso manual ou automática. Manual do usuário e/ou guia de configuração e/ou Guia de instalação em português. Compatibilidade com sistema operacional: Windows 10 e Windows 11 ou similar. Tensão alimentação: bivolt para tensões 110/220 Volts, sistema eco-tank ou similar. Garantia: A garantia integral do equipamento, deve ser dada e, no mínimo, 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, com início de vigência a contar da data efetiva de recebimento definitivo.</p>	Unidades	2
---	---------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------	---



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

10	MICROFONE	Microfone sem fio, acompanhado do receptor. Sincronização automática de frequência entre o receptor e o transmissor. Oscilador controlado a cristal. Sensibilidade igual 5dBuv. Alimentação do microfone através de bateria. Bateria com autonomia igual ou superior a 120 minutos. Fonte de alimentação em DC0,3 12v DC ou compatível. Alcance de pelo menos 40 metros em área livre totalmente aberta. Aplicação auditório. Frequência preferencialmente: 40hz a 20khz ou equivalente. Garantia: A garantia integral do equipamento, deve ser de, no mínimo, 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, com início de vigência a contar da data efetiva de recebimento definitivo.	Unidades	6
----	-----------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------	---

*Os valores estão em consonância com a pesquisa de preço(s) constante(s) na aba "anexos" da Plataforma Transferegov.br.

2.1. Descrição dos Itens:

2.1.1. VIATURA CARACTERIZADA, TIPO SUV:

REFERÊNCIAS NORMATIVAS

Norma técnica Senasp nº 006/2022 - veículos leves para emprego operacional na atividade de segurança pública.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

CLASSIFICAÇÃO

Os veículos leves para aplicação na atividade finalística de segurança pública podem ser categorizados quanto ao seu emprego operacional, quanto ao ambiente de uso e quanto ao tipo.

CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO EMPREGO OPERACIONAL

B - Busca e Apoio - veículo para emprego operacional tático, com aptidão de apoio e reforça ações ordinárias, acompanhamentos, buscas e diligências investigativas extraordinárias que exijam alto desempenho, guarnecido por equipe composta por 3 (três) a 5 (cinco) profissionais.

CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO AMBIENTE DE USO

1 - Uso rodoviário/urbano - veículo de emprego predominante em rodovias pavimentadas e terreno urbano de boa manutenção.

Quanto ao emprego	Quanto ao terreno
B - Busca e Apoio	1. Rodoviário/Urbano
	B-1

CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO TIPO

Sport Utility Vehicle (SUV)

REQUISITOS TÉCNICOS MÍNIMOS

Os requisitos técnicos mínimos abaixo se aplicam obrigatoriamente aos veículos das categorias "A" e "B", sendo opcionais para os da categoria "C" a fim de que não fujam à sua finalidade primordial que é a ação furtiva com estrita discrição.

REQUISITOS TÉCNICOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS GERAIS

- Viatura caracterizada Tipo SUV. Ano e modelo não inferiores à data da contratação ou posterior.

Av. Clarisse S. Bezerra - S/N, Loteamento Rui
Palmeira
São Miguel dos Campos, Alagoas, 57246-375



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

-Potência mínima de 150 cv;

-Torque mínimo de 20kgf.m

- O sistema elétrico deve ser compatível com a exigência da atividade operacional de segurança pública, considerando o funcionamento simultâneo dos equipamentos complementares de sinalização acústica, sinalização luminosa (visual), sistema de radiocomunicação e de interface com o centro de operações, com autonomia de funcionamento de 06 (seis) horas considerando os sistemas luminoso e de radiocomunicação com o motor desligado e com carga suficiente para dar partida, contemplando, no mínimo, alternador e bateria (podendo ser considerada a possibilidade de bateria extra ou outra solução otimizada), chicotes elétricos, caixa de fusíveis e outros dispositivos de proteção ou comutação dimensionados para a demanda de energia solicitada, além de considerar o mínimo de duas tomadas de serviço no porta malas e duas no cockpit, e o mínimo de 4 pontos de iluminação interna sobre as posições das cabeças dos ocupantes e outra no interior do porta-malas quando da aplicação do sistema de acondicionamento provisório de detido.

- O sistema de arrefecimento e de lubrificação do motor deve ser compatível com a exigência da atividade operacional de segurança pública, para suportar condições severas de uso.

- O sistema de transmissão, considerando seu sistema de arrefecimento e lubrificação, deve ser compatível com a exigência da atividade operacional de segurança pública, para suportar condições severas de uso.

- A suspensão deve ser compatível com a exigência da atividade operacional de segurança pública, para suportar condições severas de uso.

- O sistema de frenagem deve ser do tipo ABS (Antiblockier-Bremssystem), de alta performance, compatível com a exigência da atividade operacional de segurança pública, para suportar condições severas de uso. Os bancos devem ser revestidos em material resistente e de fácil higienização, possuindo abas laterais com ângulos reduzidos (quase planas) no encosto dorsal, a fim de comportar um agente de segurança pública uniformizado, com equipamentos (colete de proteção balística, armamentos e outros) que facilite o seu embarque e desembarque rápido.

- Possuir controle de tração.

- Possuir controle de estabilidade.

- O veículo deve possuir direção assistida, podendo ser elétrica, hidráulica, eletro- hidráulica, ou similar.

- O veículo deve possuir, no mínimo, 02 (dois) Air-bags frontais, com exceção de veículos fora de estrada.

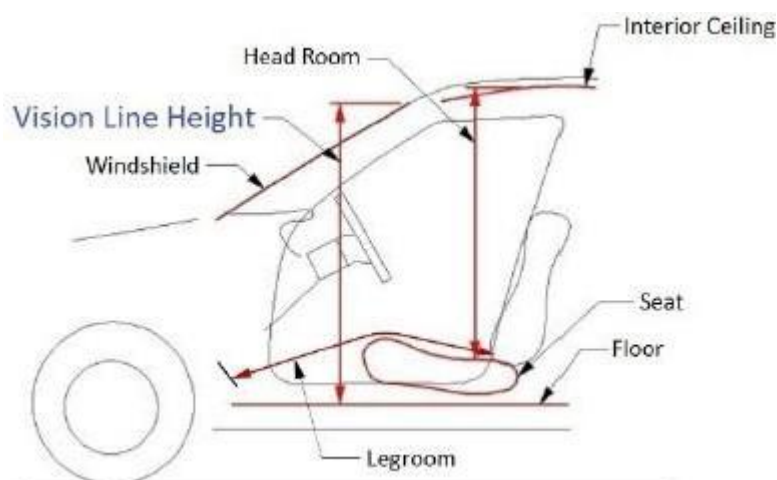
- O veículo deve possuir roda e pneu do estepe em medidas iguais ao conjunto rodante em operação, considerando que não pode haver restrições de distância e velocidade em caso de necessidade de substituição.

- O ângulo de abertura das portas dianteiras e traseiras será de no mínimo 60°,

- Os vidros móveis deverão possuir abertura total nas portas dianteiras e traseiras,

- No tocante às dimensões do veículo, estes deverão possuir, no mínimo, as distâncias abaixo apontadas, baseadas nas medidas para corpo atlético ou normal de pessoas com estatura entre 1,77 m e 1,85 m dispostas na norma ABNT NBR 16060:2012, com uniforme e equipamentos:

Figura 01



Fonte: Norma Técnica SENASP nº 006/2022

- I - HATD - Altura dos assentos dianteiro e traseiro ao teto (Headroom), quando do ajuste mais baixo do banco de, no mínimo, 920 mm para as categorias A e B;
- II - DPED - Distância do pedal do freio ao encosto do banco dianteiro (Legroom), quando do ajuste mais longo do banco de, no mínimo, 1.000 mm para as categorias A e B;
- III - DEET - Distância da traseira do encosto do banco dianteiro ao encosto do banco traseiro (Legroom), quando do ajuste mais longo do banco dianteiro de, no mínimo, 550 mm para as categorias A e B;
- IV - HAPDT - Altura do assento dianteiro e traseiro ao piso, quando do ajuste mais baixo do banco, de no mínimo 250 mm para as categorias A e B;
- V - LPEDT - Largura interna de porta a porta, dianteira e traseira, na altura do espaldar (Shoulder room), de no mínimo 1.270 mm para as categorias A e B;
- VI - LPQDT - Largura interna de porta a porta, dianteira e traseira, na altura do quadril (Hiproom), de no mínimo 1.280 mm para as categorias A e B; e
- Quando os bancos traseiros forem individuais, esses devem possuir largura mínima de 550 mm.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

REQUISITOS TÉCNICOS ADICIONAIS

- Para sistema luminoso, aplicar a norma NEB E-322:2014, ou normas SAE J845:2013, SAE J595:2014 e SAE J575:2015.
- Para sirenes, aplicar a norma SAE J1849:2012.
- Para pneus, recomenda-se que esses possuam classificação no Programa Brasileiro de Etiquetagem do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) igual ou superior a "C", para os itens "resistência ao rolamento" e "aderência em pista molhada", de acordo com a Portaria Inmetro nº 544/2012, ou sua substitutiva.
- Recomenda-se que as rodas sejam em aço ou material dútil que permita manutenções ou desempenos.
- Para facilitar o engate e desengate do cinto de segurança, o comprimento de sua parte que contém o engate rápido tipo fêmea para os bancos dianteiros, pode ser de até 200 mm acima da partesuperior mais profunda do assento, podendo ser este um dispositivo de complemento ao cinto de segurança original do veículo.
- Recomenda-se que sejam adquiridos veículos que obtiveram em sua análise do Latin N Cap <https://www.latinncap.com/> a indicação de estabilidade estrutural do habitáculo, ou a mesma indicação em outros programas N Cap de acordo com a origem de fabricação do veículo. Recomenda-se o estabelecimento em contrato com a empresa especializada para o fornecimento de manutenção e peças de reposição.
- O sistema de ar-condicionado poderá ser equipado com um duto de ventilação dedicado, que contemple o compartimento de transporte de preso, evitando a recirculação de ar compartilhada com os agentes de segurança.
- Para os veículos de transporte de detentos, em habitáculo próprio, recomenda-se instalação de sistema de ventilação ou condicionamento do ar.
- O estepe deve ser alocado no interior do veículo, no caso de caminhonetas e SUV, que facilite seu acesso e evite dificultar seu acesso expondo desnecessariamente o agente de segurança.
- A saída do escapamento poderá ser elevada até a altura do duto de captação de ar para o motor, assim como, quando aplicável, a altura do respiro do diferencial e da caixa de marchas.
- Quando possível a exequibilidade e pertinente, recomenda-se a inserção de botões ou equivalentes para o acionamento dos sinais sonoros e luminosos no volante ou no painel acessível ao condutor.
- Quando possível a exequibilidade e pertinente, recomenda-se substituir os comandos de abertura dos vidros das portas para o painel central.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

SINALIZAÇÃO VISUAL:

Barra sinalizadora em formato linear, arco ou elíptico, cujas dimensões ocupem mais de 80% da largura do teto do veículo e não ultrapassem a dimensão máxima da largura do teto, que deverá ser fixada no teto da viatura, no alinhamento da coluna “B”, por meio de base, confeccionada em policarbonato cristal ou ABS preto e estrutura metálica de alumínio extrudado.

SINALIZAÇÃO ACÚSTICA:

Sinalizador acústico constituído por uma chave seletora, ou momentânea instalada de modo oculto e uma unidade sonofletora com capacidade de 120db. 1m de distância, instalada no compartimento do motor, com 4 tipos distintos de som, sistema de megafone independente, com ajuste de ganho, e potência de no mínimo 70W RMS, com o microfone instalado no porta-luvas, alimentado em 12 Vcc.



Grafismo tipo adesivos e/ou plotagem (sejam faixas, símbolos, brasões, dizeres e alfanuméricos) confeccionado em vinil resistente a água e exposição solar conforme padrões e critérios a serem definidos pelo órgão contratante.

SISTEMA DE RÁDIO COMUNICAÇÃO

Rádio transceptor móvel com receptor de GPS interno, Alimentação com 12 VDC, Controle de iluminação do display, com registro de entrada e saída da rede. Kit de instalação veicular contendo suporte, cabo de alimentação, cabo coaxial com conectores compatíveis com o rádio e a antena de RF, alto-falante externo e microfone de mão com PTT (Aperte para falar). Potência mínima 40W, alto-falante interno frontal mínimo de 4 Watts; Controle de potência em transmissão e recepção; Bloqueio de canal ocupado; Canalização de 12,5 KHz; Programável via Software/PC, Função de emergência, produto homologado pelo órgão competente.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

REQUISITOS TÉCNICOS OBRIGATÓRIOS E OPTATIVOS POR AMBIENTE DE USO

As características obrigatórias e optativas por ambiente de uso para os veículos leves de emprego operacional na atividade de segurança pública são as seguintes:

Categoria	Área de sombra do veículo - ASV	Tração	Peso/Potência máxima * (kg/cv)	Peso/Torque máximo * (kg/kgf. m)	Ângulo de entrada mínimo	Ângulo de saída mínimo	Ângulo de transposição de rampa mínimo	Vão livre do solo (entre eixos) mínimo	Tipo de pneu	Tipo de suspensão
B-1	$ASV \geq 7,0 \text{ m}^2$	4 x 2	10	65	-	-	-	140 mm	Convencional, tendo como mínimo o perfil 60	Para uso severo



PREFEITURA DE
SÃO MIGUEL DOS CAMPOS
PROTOCOLO DE TESTE

A empresa deverá certificar e assegurar que o produto entregue atende aos protocolos de ensaios e testes apontados na "NORMA TÉCNICA SENASP Nº 006/2022 VEÍCULOS LEVES PARA EMPREGO OPERACIONAL NA ATIVIDADE DE SEGURANÇA PÚBLICA", de forma

a garantir a segurança, a qualidade e a confiabilidade.

2.1.2. VIATURA CARACTERIZADA, TIPO MOTOCICLETA

Av. Clarisse S. Bezerra - S/N, Loteamento Rui
Palmeira
São Miguel dos Campos, Alagoas, 57246-375



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

Viatura Caracterizada, tipo Motocicleta no mínimo de 149 cilindradas, modelo não inferiores à data da contratação ou posterior, monocilíndrico 4 tempos, arrefecido a ar, sistema de partida elétrica, sistema alimentação de injeção eletrônica, transmissão 5 velocidades, freios cbs, capacidade do tanque de mínimo de 10 litros, combustível: Flex (Etanol e Gasolina), grafismo tipo adesivos e/ou plotagem (sejam faixas, símbolos, brasões, dizeres e alfanuméricos) confeccionado em vinil resistente a água e exposição solar conforme padrões e critérios a serem definidos pelo órgão contratante.

GARANTIA DO EQUIPAMENTO E OUTRAS INFORMAÇÕES

Manual do usuário e/ou guia de configuração e/ou Guia de instalação em português. A garantia integral do equipamento, deve ser de, no mínimo, 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, com início de vigência a contar da data efetiva de recebimento definitivo.

2.1.3. AERONAVES TELEGUIADAS:

- Tipo quadricóptero com capacidade de decolagem e pouso na Vertical com Sensor de obstáculo contra impactos na parte frontal, traseira, superior e inferior;
- Capacidade de manter o voo estável em ambientes fechados, sem se chocar com as paredes;
- Transmissão Integrada de Longo Alcance, mínimo de 2 Km;
- Peso máximo de decolagem com bateria não inferior a 245g.;
- Velocidade Máxima de subida mínima de 2 m/s;
- Velocidade Máxima de descida mínima de 1,5 m/s;
- Velocidade de voo máxima não inferior: 12m/s
- Tempo Máximo de voo igual ou superior a 20 minutos;
- Faixa de Temperatura Operacional de 0 a 40º ou melhor;
- Ângulo máximo de inclinação não inferior: 30° (Modo S) 25° (Modo N)* 15° (Modo C).
- Sistemas de Satélite GPS, GLONASS, Galileo ou BeiDou;
- Com dimensões mínima Desdobrado: 145x 190 x 46mm (CxLxA);
- Dimensões mínimas dobradas: (CxLxA): 140 x 85 x 60 mm,
- Gimbal mecânico de 3 eixos.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

CÂMERA

- Sensor: 1/2 CMOS ou superior
- Pixels efetivos mínimo de 12 MP ou superior
- Formato de foto: JPEG/DNG ou superior
- Formato de vídeos: MP4
- Câmera acoplada com mínimo em resolução para vídeo: FHD e 4K,
- HDR 4K ou superior.
- Resolução mínima da foto: 3000 x 2000



PREFEITURA DE
SÃO MIGUEL
DOS CAMPOS

CONTROLE REMOTO

- Dispositivo de comunicação sem fio, responsável em integrar o sistema da aeronave e o sistema de rádio controle da aeronave;
- Frequência mínima de trabalho: 2.400 - 2.4835 GHz; 5.725 - 5.850 GHz ou melhor
- Distância Máxima controlável: 18 km
- Bateria em Lítio de: 2250 mAH ou superior
- Entrada para porta de carga: Micro USB



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

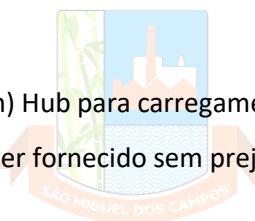
CARREGADOR

Entrada de 100-240 V, 50-60 Hz, 0,5 A;

Saída Principal: 12V 1,5 A / 9V 2A / 5V 3A Potência
nominal mínima de 18W.

HUB CARREGADOR DE BATERIAS

- 01 (um) Hub para carregamento bidirecional;
- Deve ser fornecido sem prejuízo ao item que deve acompanhar a aeronave;



PREFEITURA DE
**SÃO MIGUEL
DOS CAMPOS**

JOGO DE HÉLICES

Além das hélices fornecidas com a aeronave, deverão ser fornecidas mínimo de 02 (duas) hélicessobressalentes, originais do fabricante e compatíveis com a aeronave.

CARTÃO DE MEMÓRIA

- Compatível com cartões de memória: SD e microSD

**Av. Clarisse S. Bezerra - S/N, Loteamento Rui
Palmeira
São Miguel dos Campos, Alagoas, 57246-375**

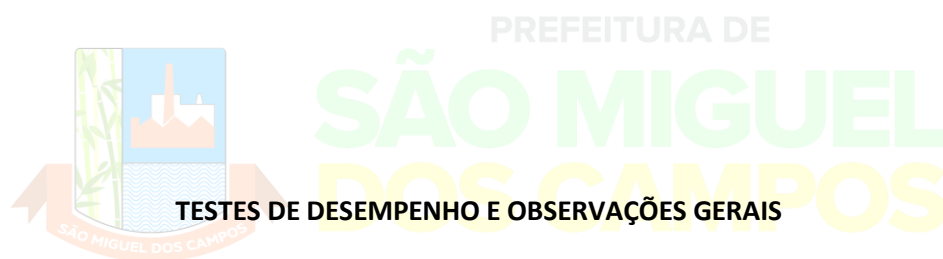


ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

- Capacidade de armazenamento mínimo 64 GB;

CERTIFICADO DE HOMOLOGAÇÃO

O fornecedor fica obrigado a apresentar o Certificado de Homologação do equipamento e identificação do produto homologado (selo impresso ou afixado), conforme previsto nos termos do art. 39 do Regulamento anexo à Resolução Anatel nº 242, em todas as unidades comercializadas, antes de sua efetiva distribuição ao mercado, assim como observar e manter as características técnicas que fundamentaram a certificação original.



- O equipamento deverá estar em condições de perfeito funcionamento e pronto para uso, mesmo que peças, acessórios e softwares não estejam mencionados nos itens acima.
- Como condição prévia de recebimento, deverá ser realizada entrega técnica dos equipamentos nas instalações da unidade demandante, onde serão realizados os testes de desempenho de todo o conjunto. Todos os itens descritos acima deverão ser testados na entrega do produto.
- Todo o equipamento deva funcionar com plena capacidade de recursos sem a necessidade de aquisição de adaptadores ou similares a parte.

GARANTIA DO EQUIPAMENTO

Av. Clarisse S. Bezerra - S/N, Loteamento Rui
Palmeira
São Miguel dos Campos, Alagoas, 57246-375



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

A garantia integral do equipamento, deve ser de, no mínimo, 12 (doze) meses contradefeitos de fabricação, com início de vigência a contar da data efetiva de recebimento definitivo.

2.1.4. COLETE BALÍSTICOS NÍVEL IIIA – MASCULINO – TAMANHO M:

Os coletes de proteção balística são produtos controlados pelo Exército Brasileiro de acordo com a Portaria nº 18/2006 EB/MD e normas complementares, cuja classificação do nível de proteção refere-se à Norma NIJ Standard 0101.04 (2001), do “Instituto Nacional de Justiça dos Estados Unidos da América, nos níveis I, II-A, II, IIIA, III e IV”, e são estabelecidas de acordo com o Relatório Experimental do Exército Brasileiro - ReTeX, sendo obrigatória a apresentação de RETEX, RAT ou o Certificado de Conformidade do Protótipo de Produtos Controlados pelo Exército (PCE), devidamente apostilados, conforme exigência da portaria 189-EME/2020.



SÃO MIGUEL
DOS CAMPOS



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

REFERÊNCIAS NORMATIVAS

A normatização brasileira e estrangeira em vigor constituem premissas a Coletes de Proteção Balística, sendo disposta pelos seguintes documentos:

- Decreto nº 10.030, de 30 de setembro de 2019, que dá nova redação ao Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados (R-105);
- Portaria Exército Brasileiro nº 18 - D LOG, de 19 de dezembro de 2006, que aprova as Normas Reguladoras da Avaliação Técnica, Fabricação, Aquisição, Importação e Destruição de Coletes à Prova de Balas, e dá providências;
- Portaria Municipal nº 70 - de 13 de julho de 2023, Dispõe sobre a publicação da tabela do efetivo operacional e não operacional da Guarda Municipal de São Miguel dos Campos, para fins de dotação e aquisição de armamento, munição, coletes balísticos e dá outras providências.
- Portaria MJSP nº 104, de 09 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o Pró- Segurança - Programa Nacional de Normalização e Certificação de Produtos de Segurança Pública; e - NT-Senasp 003/2021, que estabelece os requisitos mínimos para coletes de proteção balística para profissionais de segurança pública, bem como os métodos para realização dos ensaios, de forma a garantir a segurança, a qualidade, o desempenho e a confiabilidade desses equipamentos de proteção, especificando os níveis de ameaça e os respectivos calibres ao qual o colete de proteção balística deve ser capaz de evitar perfurações ou deformações para a atividade profissional de segurança pública. (Aprovada pela PORTARIA nº 281, de 21 de maio de 2021).

NORMAS COMPLEMENTARES:

Norma ABNT NBR ISO/IEC 17067:2015 –Avaliação da conformidade –Fundamentos para certificação de produtos e diretrizes de esquemas para certificação de produtos;
MIL –STD -662F:1997 –Department of Defense Test Method Standard, V50 Ballistic Test for Armor, 1997 or latest version;
NIJ Standard 0101.06:2008 –Ballistic Resistance of Body Armor.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS - CONSIDERAÇÕES GERAIS

- 1) Colete de proteção balística, nível III-A, conforme Portaria nº 18/2006 do Ministério da Defesa –
**Av. Clarisse S. Bezerra - S/N, Loteamento Rui
Palmeira
São Miguel dos Campos, Alagoas, 57246-375**



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

Exército Brasileiro, Norma Técnica Senasp Nº 003/2021 e legislações complementares, que possa ser utilizado de maneira ostensivo sobre o uniforme policial, confeccionado com compostos de materiais leves e resistentes as intempéries, devendo as fibras no painel balístico seguirem o previsto na Portaria supracitada e aprovado pelo Exército Brasileiro, sendo:

“Art. 20. A nomenclatura que identifica um colete à prova de balas e que deverá constar no ReTExe na apostila ao Título de Registro da empresa deve possuir, no mínimo, as seguintes informações:

(...) II - tipo de fio (aramida ou polietileno);

(...) V - gramatura do tecido (fio de aramida) ou do compósito (fio de polietileno);





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

(...) VII - nome comercial do tecido (fio de aramida) ou do compósito (fio de polietileno); e

VIII - o fabricante do tecido (fio de aramida) ou do compósito (fio de polietileno).” (grifo nosso).

2) A proteção frontal (tórax e abdômen), dorsal (costas), deverá permitir proteção das partes vitais e que obedeça às normas exigidas pelo Ministério da Defesa – Exército Brasileiro.

3) Todo o material utilizado, como camadas no interior do invólucro deverão possuir as mesmas proporções de tamanhos e cortes.

4) Deverá possuir capacidade de proteção contra perfuração e trauma de projéteis de arma de fogo no nível III-A. Para profissionais de segurança pública, além do cumprimento das normas estabelecidas pelo Exército Brasileiro, conforme NTSenasp 003/2021, (que estabelece como padrão mínimo de proteção balística o suporte às ameaças) descritas na Tabela 1.

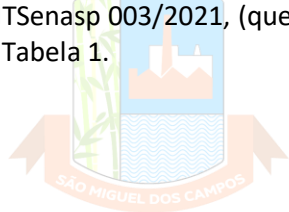


Tabela 1

Classificação	Nº Ameaça	Ameaças	Massa do Projétil	Distância para o Colete	Máxima Deformação Material de Apoio (mm)	Velocidade de Ensaio para coletes condicionados ao envelhecimento acelerado	Velocidade de Ensaio para coletes condicionados à submersão
		.357 SIG - Encamisado total pontaplana	8,1 g (125 gr)	5 m ± 1	44	430 m/s ± 9 m/s	448 m/s ± 9 m/s



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

Nível IIIA	Ameaça1	(FMJ FN) ou 9 x 19 mm Parabellum - Encamisado total ponta- ogival (FMJ RN)*	8,0 g (124 gr)	5 m ± 1	44	430 m/s ± 9 m/s	448 m/s ± 9 m/s
	Ameaça2	.44 Magnum - Semi- jaquetado pontamacia (SJSP) ou .44 Magnum - Semi- jaquetado pontaoca (SJHP)**	15,6 g (240 gr)	5 m ± 1	44	408 m/s ± 9 m/s	436 m/s ± 9 m/s



PREFEITURA DE
**SÃO MIGUEL
DOS CAMPOS**



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

	Ameaça3	357 Magnum -Ponta macia jaquetada (JSP)	10,2 g (158 gr)	5 m ± 1	44	452 m/s ± 9 m/s	471 m/s ± 9 m/s
--	---------	--------------------------------------------------	--------------------	---------	----	-----------------	-----------------

*Para ameaça 1 dos coletes de nível IIIA, poderá ser usado tanto o .357 SIG FMJ FN como o 9mm Luger FMJ RN. Entretanto, todos os ensaios balísticos serão realizados com a mesma ameaça escolhida.

** Para ameaça 2 dos coletes de nível IIIA, poderá ser usado tanto o .44 Magnum SJSP como o .44 Magnum SJHP. Entretanto, todos os ensaios balísticos serão realizados com a mesma ameaça escolhida.

Fonte: Norma técnica 003/2021 SENASP

Obs.: Os coletes deverão manter suas performances de proteção balística durante todo seu período de validade, mesmo após submetidos a desgastes ou influências ambientais e/ou mecânicas.

5) Os painéis de proteção balística deverão possuir a partir da 3ª camada e a cada 06 (seis) camadas subsequentes, numeração de série, para identificação em caso de extravio, furto ou roubo de forma indelével e legível.

6) Os painéis de proteção balística deverão possuir, fixada na primeira ou na segunda camada, uma etiqueta de material resistente à fricção e à ação de líquidos/suor, com tinta garantidamente indelével, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, contendo dados relativos ao tamanho, nível de proteção balística, número de lote e de série, marca, modelo, data de fabricação e de validade.

7) Os pacotes dos painéis balísticos fabricados em não tecidos poderão possuir travetes existentes nas regiões periféricas do painel conforme memorial descritivo do produto e aprovado pelo RAT, destinadas a manter a união das placas ou outro sistema que garanta eficazmente esta união pelo tempo da garantia.

8) Os painéis confeccionados com tecidos balísticos, ou que tenham na sua composição, qualquer outro material diferente dos tecidos balísticos, também não poderão sofrer desfiamento, esgarçamento, delaminação ou outro processo de deterioração das suas lâminas, podendo ser usados quaisquer processos de comprovada eficiência, que garanta o atendimento destas especificações técnicas pelo prazo de validade do colete, sem que tal acabamento ou processo comprometa a flexibilidade mínima exigida para os painéis balísticos.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

9) Não poderá existir nenhum tipo de propaganda do fabricante nas áreas visíveis do Colete Balístico (capa externa) ou nos seus acessórios, a exemplo de etiquetas expostas, marcas impressas/ou outras de mesma natureza, devendo estas estarem vinculadas às partes internas dos materiais, não visíveis e em conformidade com as normas e as descrições aqui presentes.

10) Os coletes deverão vir com 02 (duas) capa que deverá ser na cor azul marinho noite, contendo no peitoral frontal lado direito (visto o colete de frente) logomarca da instituição (GuardaMunicipal de São Miguel dos Campos/AL), conforme imagens ilustrativas (Figura 2 do TR).





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

CARACTERÍSTICAS GERAIS CONSTRUTIVAS PAINÉIS FLEXÍVEIS

Os painéis flexíveis dentro do seu prazo de validade não podem sofrer nenhum tipo de desfilamento, esgarçamento, delaminação ou outro processo de deterioração de lâminas que comprometa a flexibilidade mínima exigida e a sua performance.

INVÓLUCRO

O invólucro deve possuir mesmo formato do seu respectivo painel balístico e ser constituído por material impermeável, de alta tenacidade, devendo o seu arremate de fechamento ser feito de forma que, garantidamente, impeça a entrada de líquidos que possam contaminar ou comprometer a eficiência dos painéis balísticos. O tecido deve ser resistente e o acabamento das costuras e bordas deve ter padrão industrial que evite rasgos, desfiamentos da borda do tecido ou defeitos, que possam ser atribuídos ao esforço causado pela massa (peso) do material balístico.



ERGONOMIA

Tanto o invólucro como a capa externa deve ser confeccionado em material que ofereça adequado ajuste ao corpo de forma a não comprometer a área de proteção, otimizando a relação existente entre resistência e o conforto, com liberdade para movimentos.

INFLAMABILIDADE

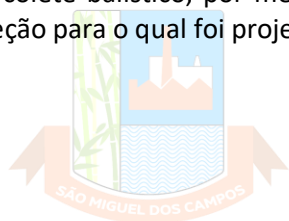
Como requisito adicional optativo, as capas do colete em conjunto com os seus painéis podem possuir efeito retardante à chamas ou não inflamabilidade quando em contato com o fogo.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

CAPAS INTERNAS (INVÓLUCROS)

- 1)** Os painéis balísticos (frontal e dorsal), deverão ser revestidos por capa interna (invólucro) 100% (nylon) poliamida 6.6, impermeável, de alta tenacidade, na cor preto, confeccionado para proteger os painéis balísticos de umidades e fatores, tais como, proteção a raios UV-A/B, chuva, suor, água, produtos químicos de limpeza como: detergentes domésticos, sabão em pó ou água sanitária, entre outras substâncias que possam danificá-lo, diminuir a sua vida útil ou capacidades balística e antitrauma, devendo o seu arremate de fechamento ser feito por sistema de termofusão ou processo similar, que garantidamente impeça a entrada de líquidos que possam contaminar ou comprometer a eficiência dos painéis balísticos.
- 2)** As capas internas (invólucros), deverão ser impermeáveis seguindo as seguintes características mínimas: - Construção: Poliamida 6.6 de alta tenacidade, 100% (nylon) norma AATCC- 20 e 20A; - Cor: preto; - Acabamento impermeável.
- 3)** O colete balístico, por meio de sua capa interna (invólucro), deverá resistir à umidade, sem perder o grau de proteção para o qual foi projetado.



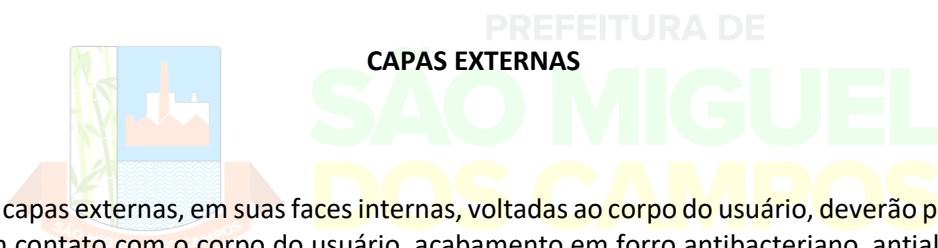
PREFEITURA DE
**SÃO MIGUEL
DOS CAMPOS**



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

4) As capas internas (invólucros), deverão possuir em cada capa interna (frontal e dorsal), fixado no lado oposto à face de impacto do painel balístico, etiqueta do fabricante, tamanho mínimo de 12x15 cm, fixada em todo seu perímetro por sistema de termofusão ou processo similar de mesmos efeitos, com a identificação. As etiquetas deverão conter as informações mínimas no idioma português, de forma legível e necessariamente indelével, em cor contrastante: - Guarda Municipal

— São Miguel dos Campos / AL, (nome, logotipo ou outra identificação do fabricante); - Tamanho do colete; - Nível de proteção e certificado de conformidade com a Legislação; - Número do lote; - Data de fabricação; - Data de validade da proteção balística, devendo ser de no mínimo 5 (cinco) anos; - Munições que suporta (calibres, velocidade, peso e características do projétil); - Instruções de uso e conservação dos painéis balísticos; - Código de barras ou tecnologia similar como QR CODE, para identificação e individualização do produto, desde que não onere a Administração Pública com a necessidade de aquisição de equipamentos adicionais de leitura. 5) As dimensões e áreas de proteção dos painéis balísticos frontais e dorsais, deverão obedecer às medidas especificadas nas tabelas constantes neste Termo de Referência.



CAPAS EXTERNAS

1) As capas externas, em suas faces internas, voltadas ao corpo do usuário, deverão possuir toda a extensão que fica em contato com o corpo do usuário, acabamento em forro antibacteriano, antialérgico, macio, e nas áreas dos painéis balísticos, deverá ter, ainda, sistema de ventilação do tipo tecnologia de “gerenciamento de temperatura corporal” ou de qualidade similar que propicie razoável circulação de ar entre o corpo do usuário e o forro da capa do colete.

2) As capas deverão ser confeccionadas em material de qualidade, oferecendo adequado ajuste ao corpo, para utilização ostensiva, de forma a não comprometer nenhuma área de proteção, otimizando a relação existente entre resistência e a comodidade de uso, com liberdade para movimentos.

CAPAS EXTERNAS

1) As capas externas, em suas faces internas, voltadas ao corpo do usuário, deverão possuir toda a extensão que fica em contato com o corpo do usuário, acabamento em forro antibacteriano, antialérgico, macio, e nas áreas dos painéis balísticos, deverá ter, ainda, sistema de ventilação do tipo tecnologia de “gerenciamento de temperatura corporal” ou de qualidade similar que propicie razoável circulação de ar entre o corpo do usuário e o forro da capa do colete.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

2) As capas deverão ser confeccionadas em material de qualidade, oferecendo adequado ajuste ao corpo, para utilização ostensiva, de forma a não comprometer nenhuma área de proteção, otimizando a relação existente entre resistência e a comodidade de uso, com liberdade para movimentos.

3) Os forros internos das capas (frontal e dorsal) deverão possuir uma abertura disposta horizontalmente em toda sua extensão, localizada a aproximadamente 3 cm (± 1) (três centímetros) da borda inferior, fechados por sistema de ganchos e argolas (velcro), com 20 mm (vinte milímetros) de largura, que percorra toda sua largura inferior da capa na face de contato do usuário, a fim de permitir a inserção e a remoção dos painéis balísticos com facilidade. A parte referente aos 3 cm (± 1) (três centímetros) da borda inferior, deverá ser feito com o mesmo tecido da parte externa da





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

capa, poliamida 6.6, a fim de proporcionar maior durabilidade, devido ao tecido suportar melhor o peso dos painéis balísticos, evitando o desgaste prematuro da capa.

4) As aberturas citadas no item acima, deverão possuir fechamento pelo sistema de ganchos e argolas (velcro) na cor azul marinho noite, com 20 mm (vinte milímetros) de largura com comprimento que proporcione o fechamento total da abertura.

5) Os bolsos formados pelos forros das capas dos painéis balísticos frontal e dorsal deverão abrigar os seus painéis balísticos, de modo que eles fiquem totalmente guardados dentro desses bolsos, sem nenhuma parte aparente fora dos bolsos.

6) A capa dorsal dos coletes, terá 02 (duas) abas laterais horizontais (vistas quando o colete estiver em pé), 01 (uma) de cada lado, formando 02 (duas) partes distintas.

A primeira parte, costurada diretamente na parte principal da capa, será composta por um tubo elástico em poliamida/elastano interligado ao interior da capa dorsal, feito para acomodar as abas laterais do painel balístico dorsal no seu interior, com altura vertical e largura horizontal suficiente para acomodar as abas laterais do painel balístico, mantendo a folga máxima de 0,5 cm (zero vírgula cinco centímetros) entre elas e o painel balístico, após este ser inserido na capa.

A segunda parte, costurada à primeira parte, será composta pelo sistema de fechamento por ganchos e argolas macho, revestido na sua parte exterior pelo mesmo material da capa do colete. Tanto o sistema de fechamento por ganchos e argolas (velcros) quanto o seu revestimento exterior terão, na capa dos coletes.

Considerando o tamanho Padrão "M", a largura de 10 cm (± 1), (dez centímetros) e a altura de 22 cm (± 1) (vinte e dois centímetros), fixados um ao outro por costuras laterais. Nos demais tamanhos de colete a altura e a largura deverão manter relação de proporcionalidade com a altura e largura dos painéis balísticos, de modo que os painéis balísticos possam ser facilmente inseridos e retirados no interior das suas capas externas, mantendo-se a harmonia visual e funcional do conjunto.

7) Na região inferior da capa frontal haverá sistema de fechamento por ganchos e argolas – lado fêmea - com o mesmo comprimento horizontal da capa e altura de 22 cm (± 1) (vinte e dois centímetros). Proporcionando fechamento e ajuste ao corpo do usuário por fechamento no sistema de ganchos e argolas da aba lateral da capa dorsal, de forte ligação, na cor azul marinho noite.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

8) Considerando ainda o tamanho “M”, como padrão, a capa dorsal dos coletes terá 02 (duas) abas superiores flexíveis e contínuas, com comprimento total de 20 cm (± 1) (vinte centímetros) de altura, somadas as duas partes que a compõem, sendo a primeira parte composta por um tubo elástico achatado em poliamida/elastano com 10 cm (± 1) (dez centímetros) de comprimento, costurado diretamente na parte principal da capa, e a segunda parte composta pelo sistema de fechamento por ganchos e argolas – parte macho – com 10 cm (± 1) (dez centímetros) de comprimento, costurado na primeira parte da aba superior, ambos com largura de 8,50 cm (± 1) (oito centímetros e cinquenta milímetros), que servirão para unir a parte superior da capa dorsal à parte superior da capa frontal, através do sistema de fechamento por ganchos e argolas (velcros) de forte ligação, fazendo com que o colete fique perfeitamente apoiado nos ombros do seu usuário.

O sistema de fechamento por ganchos e argolas das abas superiores será recoberto no lado externo (visto quando o colete estiver fechado) pelo mesmo tecido usado na confecção da capa





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

externa do colete. As capas dorsais dos demais tamanhos deverão ter as suas medidas proporcionais às dos coletes, tamanho Padrão “M” no que couber, mantendo-se a harmonia visual e funcional do conjunto.

9) Na região superior da capa frontal haverá dois prolongamentos com sistema de ganchos e argolas (Velcro) de alta aderência - lado fêmea - afixado a capa externa do colete, com medidas de 20 cm (± 1) (vinte centímetros) de comprimento, por 8,50 cm (± 1) (oito centímetros e cinquenta milímetros) de largura, um em cada lado da abertura do pescoço, com o mesmo comprimento e largura do sistema de fechamento por ganchos e argolas da aba superior da capa dorsal, de forte ligação, na cor azul marinho noite.

ÁREA EXTERNA DA CAPA

1) A capa externa deverá ser confeccionada em tecido de poliamida 6.6, com fios texturizados a ar, multifilamentado, de média tenacidade, 380 Dtex e 140 filamentos ou tecido similar com mesmas características, entendendo-se como similar um fio que deve seguir o mesmo tipo de especificação e apresentar os mesmos resultados de performance em laboratório:

- Fios 100% poliamida 6.6, multifilamento, de média tenacidade, texturizado a ar;
- Tiulo do fio: 380 Dtex no urdume e na trama; - Número de filamentos: 140;
- Densidade do urdume de no mínimo 23 fios por centímetros; - Densidade da trama de no mínimo 22 fios por centímetros; - Estrutura do tecido com fundo em Tela 1 x 1;
- Contornos de fios duplos com função ripstop em quadrados de 8,0 x 8,0 mm;
- Contornos de fios duplos com função ripstop em losango de 5,0 x 5,0 mm; - Gramatura mínima de 190 gr/m² acabado;
- Resistência à tração do urdume mínima de 25 N/mm - segundo norma NBR 14552/2012;
- Resistência à tração da trama mínima de 25 N/mm - segundo NBR 14552/2012;
- Alongamento mínimo do urdume de 35 %;
- Alongamento mínimo da trama de 35 %;
- Resistência ao rasgo sentido trama e urdume de no mínimo 80 N - segundo norma NBR 14553/2012;
- Acabamento: hidrórepelente com no mínimo nota 4 segundo AATCC 193 e 90% no SprayTest segundo norma AATCC 22; e
- Cor azul marinho noite.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

ÁREA INTERNA DA CAPA (FORRO)

A parte interna deverá ser confeccionada em tecido de malharia por trama em estrutura 3D, em 100% poliéster, com gramatura de 290 (duzentos e noventa) gramas por m² ($\pm 10\%$) de acordo com a norma NBR 10591; com resistência à abrasão de no mínimo 20.000 (vinte mil) ciclos em seco e 10.000 (dez mil) ciclos em úmido, padrões norma NBR 20344, 6.12, tratamento antimicrobiano: (método de ensaio AATCC 100):

- Gramatura - 290 g/m² ($\pm 10\%$) - norma NBR 10591;
- Composição - 100% Poliéster - norma AATCC 20;
- Estrutura - Tridimensional (3D) em malha por trama (Malharia Circular);





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

- Face externa - Com fio Texturizado de Título 167 Dtex com 48 filamentos e Fio Liso de Título 50 Dtex com 24 filamentos - norma ASTM D 105;
- Fio de estrutura - Monofilamento de poliéster com título superior a 70 Dtex - norma ASTM D 1059;
- Face interna - Em fio texturizado de título 76 Dtex - norma ASTM D 1059;
- Número de colunas: mínimo 12 colunas por centímetro - NBR 12060;
- Número de carreiras de malhas - mínimo 19 por centímetro - NBR 12060;
- Permeabilidade ao vapor de água - mínimo de 20 mg/cm².h, segundo norma NBR ISO

20344;

- Coeficiente de vapor de água - mínimo de 200 mg/cm², segundo norma NBR ISO 20344;

e

- Tratamento Antimicrobiano de prevenção à desenvolvimento de bactérias e odor, segundo

norma AATCC 100.

ABAS ELÁSTICAS DA CAPA



PREFEITURA DE
**SÃO MIGUEL
DOS CAMPOS**

As abas elásticas tubulares (superiores e laterais) da capa deverão ser confeccionadas em tecido de malharia por trama em estrutura 3D, com composição de 89% (± 3%) poliamida e 11% (± 3%) elastano, gramatura de 500 gramas p/m² (± 10%), segundo norma NBR 10591 e tratamento antimicrobiano, de acordo com método de ensaio AATCC 100:

- Gramatura - 500 g/m² (± 10%) - norma NBR 10591;
- Composição - 89% (± 3%) Poliamida e 11% (± 3%) Elastano - norma AATCC 20; - Estrutura - Tridimensional (3D) em malha por trama (Malharia Circular);
- Face externa - Com o fio Texturizado de Título 76 Dtex com 72 filamentos e Fio de Elastano de 40 Denier - norma ASTM D 1059;
- Face interna - Em fio texturizado de título 76 Dtex e Fio de Elastano de 40 Denier

- norma ASTM D 1059; - Número de colunas - mínimo 20 colunas por centímetro - NBR 12060; - Número de carreiras de malhas - mínimo 28 por centímetro - NBR 12060;

- Permeabilidade ao vapor de água - mínimo de 20 mg/cm².h, segundo norma NBR ISO

20344;

- Coeficiente de vapor de água - mínimo de 200 mg/cm², segundo norma NBR ISO 20344;
- Tratamento Antimicrobiano de prevenção à desenvolvimento de bactérias e odor, segundo

**Av. Clarisse S. Bezerra - S/N, Loteamento Rui
Palmeira
São Miguel dos Campos, Alagoas, 57246-375**



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

norma AATCC 100;

- A CONTRATADA deverá apresentar Atestado (s) do(s) fabricante (s) do (s) material (is) e garantidor (es) da (s) tecnologia (s) solicitada (s), de que este (s) forneceu (ram) quantitativo suficiente do material em questão, para confecção do lote a ser produzido para a Guarda Municipalde São Miguel dos Campos / AL; - Todos os coletes balísticos deverão ser fornecidos com 02 (duas)capa externa, na cor azul marinho noite, confeccionada utilizando tecido de poliamida 6.6 no padrãoRip-Stop (reforços de trama e urdume a zero e noventa graus, formando padrão quadriculado de retenção de progressão de rasgos), que permita diversas lavagens sem o desbotamento ou envelhecimento precoce, forro interno (malha 3D) para conforto térmico, devendo ainda possuir emsuas alças de ajuste material em poliamida com elastano para maior ergonomia e melhor ajuste ao corpo do operador;
- As capas deverão ser confeccionadas em material de qualidade que ofereçam um perfeito ajuste ao corpo, para ser utilizado de maneira dissimulada ou ostensivo sobre o uniforme, de forma





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

a não comprometer nenhuma área de proteção e ainda, otimizar a relação existente entre resistência e comodidade de uso, com liberdade para movimentos;

- Todos os coletes deverão possuir duas etiquetas na capa externa (uma em cada superfície de contato com o corpo do usuário) e uma etiqueta na face da capa interna de cada painel balístico (também na superfície de contato com o corpo); - As etiquetas da capa externa deverão conter as seguintes informações (mínimas) no idioma português, de forma legível e indelével, em cor contrastante: Guarda Municipal de São Miguel dos Campos / AL, nome, logotipo ou outra identificação do fabricante; - Alerta ao usuário para consultar a etiqueta do painel balístico quanto à utilização e grau de proteção; Cuidados com a capa; Modelo; Data de fabricação e validade; Material de fabricação; Tamanho e certificado de conformidade com a legislação pertinente;

DA FLEXIBILIDADE

Os coletes flexíveis deverão possuir nível de flexibilidade satisfatório, de acordo com os critérios de aceitação estabelecidos em ensaio específico para esta avaliação. Os coletes balísticos deverão apresentar nível de flexibilidade para os painéis conforme exigido nos termos das legislações em vigor citadas neste Termo de Referência, para coletes de proteção balística, sendo as medições feitas apenas com a capa interna do (invólucro sem a capa externa), a ser constatado em mesa de testes de flexibilidade.

DENSIDADE DE ÁREA MÁXIMA DOS COLETES FLEXÍVEIS

Os coletes flexíveis devem apresentar densidade de área máxima, considerado o painel balístico flexível sem o seu invólucro, de 4,8 kg/m², sendo admitidos 10% de tolerância para mais. A densidade do colete flexível deverá ser uniforme em toda sua extensão mantendo nível de proteção homogêneo.

VALIDADE

Os coletes devem manter as suas condições ideais, para satisfazer as exigências mínimas de proteção balística, mesmo submetido a faixas de variação de temperatura, umidade, pressão, salinidade e choque mecânico, pelo período mínimo de 05 (cinco) anos. O prazo de validade dos coletes deverá constar no Certificado de Conformidade.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

TAMANHO DOS COLETES

Os tamanhos dos painéis balísticos devem proporcionar proteção à área frontal, dorsal e lateral do usuário, a fim de proteger área de órgãos vitais do tronco e manter nível de proteção homogêneo em toda superfície de cada subsistema balístico.

Os modelos de tamanhos dos coletes balísticos devem ser:

- Médio, também identificado pela letra M, correspondente ao tamanho C3 da NIJ 0101.06; de acordo com Norma técnica 003/2021 SENASP.



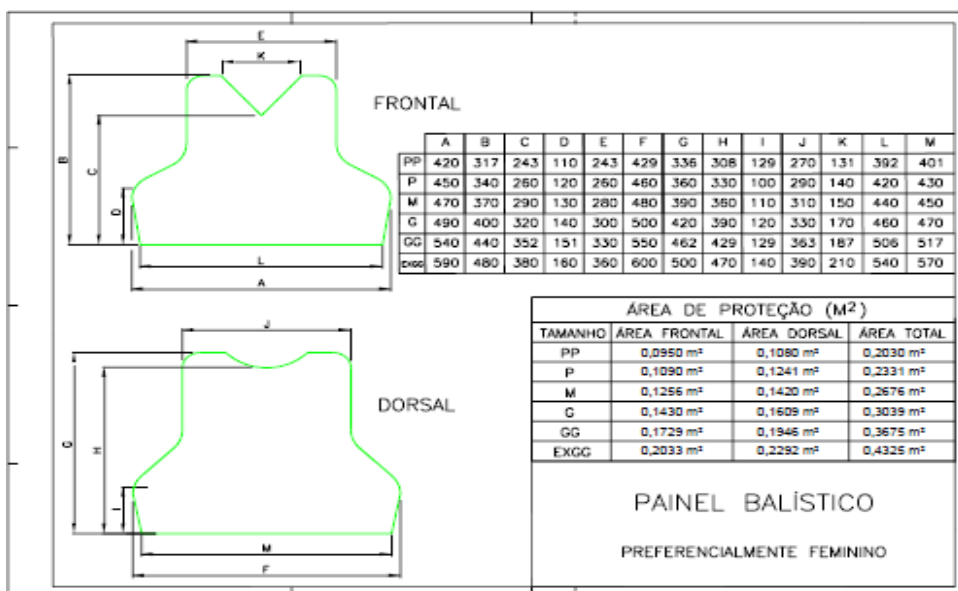


ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

As capas externas dos coletes devem possuir a forma e dimensões dos painéis balísticos cominvólucro, possuindo estruturas para ajuste ergonômico ao corpo, por meio de materiais, configurações e geometrias inovadoras, que permitam o conforto para o profissional equipado, de forma que a eventual redução de mobilidade não prejudique sua função.

DIMENSÕES

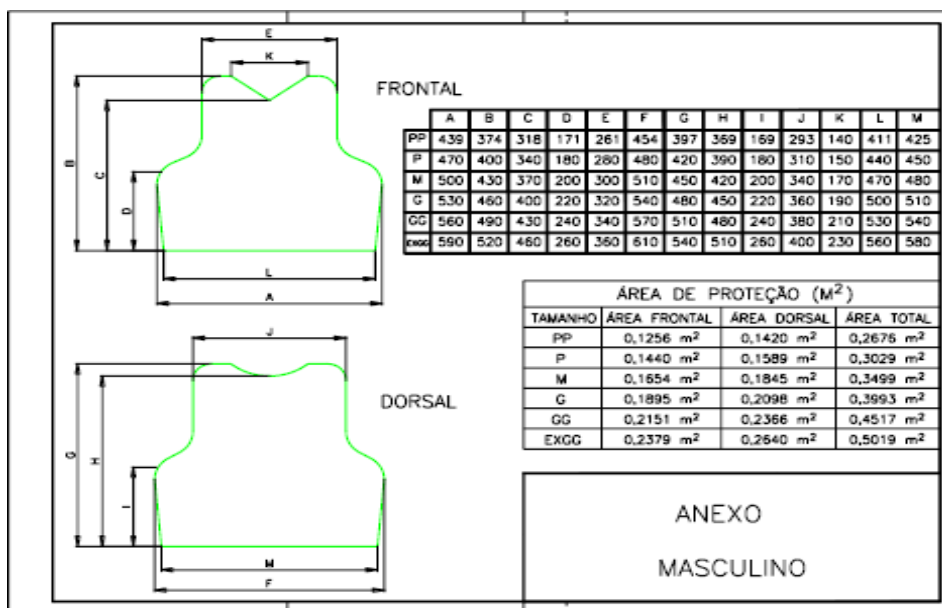
MODELO FEMININO:



MODELO MASCULINO:



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS



PREFEITURA DE
SÃO MIGUEL
DOS CAMPOS



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

PESO

O peso máximo dos coletes balísticos será obtido pela soma do peso dos painéis de proteção balística (incluindo a sua capa

interna). O mesmo será composto pelos pacotes balístico e antitrauma, e pela capa interna, deverá ter peso máximo de acordo com cada tamanho, sendo admitido 10% (dez por cento) de diferença para mais ou menos no seu peso.

TAMANHO	PESO
M	1,81

Fonte: Norma técnica 003/2021 SENASP

CAPA EXTERNA DO COLETE BALÍSTICO



PREFEITURA DE
**SÃO MIGUEL
DOS CAMPOS**

Figura 2 Designer da Capa Externa (imagem meramente ilustrativa)

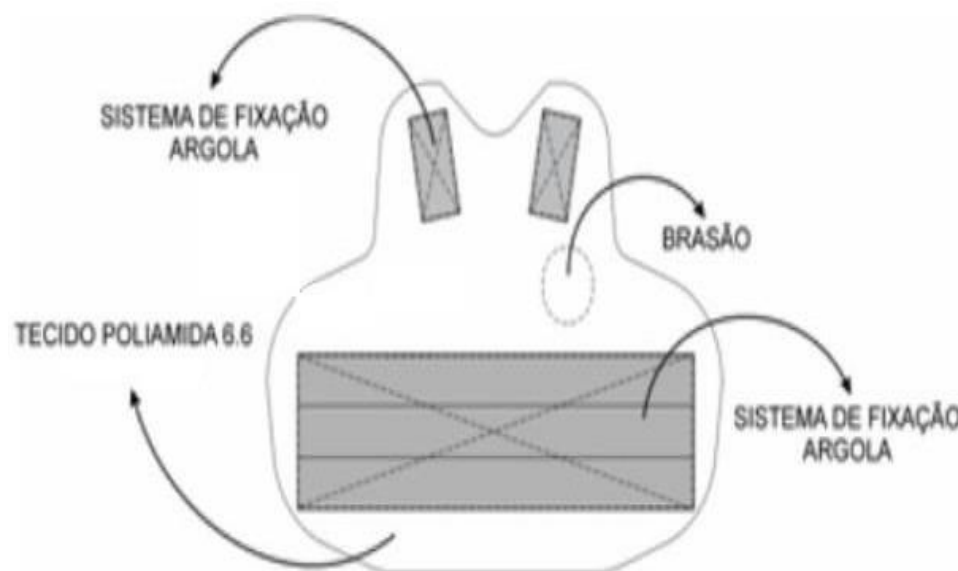


ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS



O colete balístico oficial da Guarda Municipal deverá conter em sua parte frontal o brasão da Guarda Municipal de São Miguel dos Campos / AL no lado esquerdo do peito, tamanho 8,5 cm (± 2) (oito centímetros vírgula cinco milímetros) de altura e 8,5 cm (± 2) (oito centímetros vírgula cinco milímetros) de largura, distante 17 cm (± 3) (dezessete centímetros) da costura do ombro e 17cm (± 3) (dezessete centímetros) da costura lateral. Em seu dorso deverá constar a inscrição “GUARDA MUNICIPAL SM CAMPOS-AL” na cor amarelo ouro, em fonte **Swis721 BlkCn BT**, com tamanho de 25 cm (± 5) (vinte e cinco centímetros) de largura e 14 cm (± 5) (quatorze centímetros) de altura, conforme ilustrado na Figura 1. Tanto a arte contida na parte frontal quanto na dorsal, deverão ser analisadas previamente antes da aplicação nos coletes.

Figura 3 Capa externa (layout frontal)



SÃO MIGUEL
DOS CAMPOS

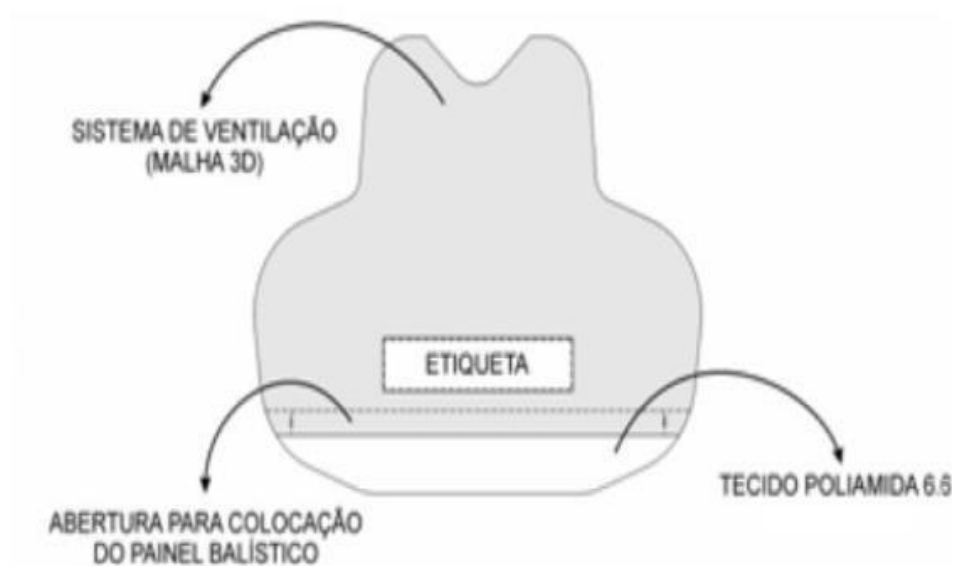
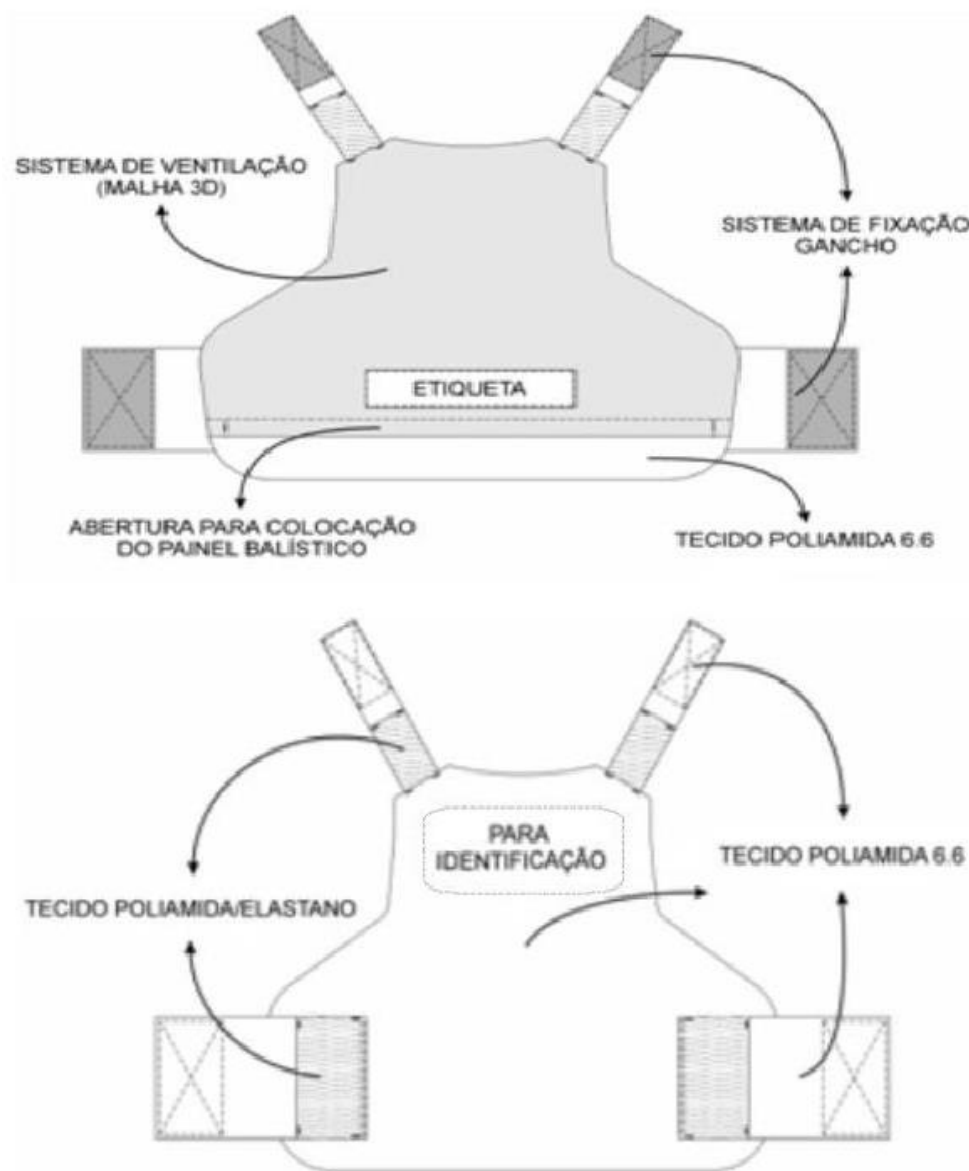


Figura 4 Capa externa (Layout Posterior)



ETIQUETAS DE CONTROLE (IDENTIFICAÇÃO)



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

No invólucro do colete deverá constar etiqueta com as informações mínimas exigidas no art.

15 da Portaria nº18/2006 EB/MD.

I - Nas capas permanentes de cada painel de proteção frontal e dorsal deverá haver uma etiqueta de identificação, fixa firmemente e de forma e que não comprometa as características de impermeabilidade, em conformidade com a Portaria nº 18 D-Log, de 19/12/2006, Capítulo IV, art.15, parágrafo 1º, inciso I e suas alíneas, contendo:





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

-Nome, CNPJ e logomarca do fabricante/fornecedor;

-Nível de proteção do colete e especificações de calibre, massa, velocidade e revestimento de projéteis e a que apresenta resistência e certificado de concordância conforme exigido nos termos das legislações em vigor citados neste Termo de Referência, para coletes de proteção balística;

- Alerta ao usuário para verificar o tipo de proteção fornecida pelo painel balístico e instruções de manuseio;

- Tamanho e designação de modelo que identifique ou diferencie o painel para os fins a que foi fabricado; Data de fabricação e data final de validade no formato “dd/mm/aaaa”, bem como o prazo, devendo ser de no mínimo 5 (cinco) anos;

-Número de lote; O número de série deverá ser contínuo e sem espaços entre caracteres, mesmo que este seja composto por letras e números, devendo ser facilmente visível e destacado das demais informações numéricas, o número de série individual deverá ser idêntico para as placas dorsal e frontal que compõe o colete; A Sigla “Instituição-Ano” (GSMC-2023);

- Em cada painel deverá constar a expressão “SUPERFÍCIE DE IMPACTO”, com caracteres em letras maiúsculas, fonte Arial, tamanho 40, em tinta não hidrossolúvel, no centro da face da capa interna que deve ficar exposta ao ambiente, ou seja, na superfície oposta àquela que permanecerá em contato com o corpo do usuário; e Logo abaixo da indicação da superfície de impacto deverá haver inscrição de mesma formatação com o texto “PAINEL FRONTAL” ou “PAINEL DORSAL”, conforme o caso.

MODELO DAS ETIQUETAS DAS CAPAS INTERNAS - INVÓLUCROS DOS PAINÉIS BALÍSTICOS

TAMANHO X	MODELO XXX
DATA DE FABRICAÇÃO XX.XX.XXXX	VALIDO POR 6 ANOS APÓS O RECEBIMENTO DEFINITIVO, QUE OCORREU EM: ____/____/____
MATERIAL FABRICADO: ARAMIDA, POLIETILENO, ETC	DATA DE ENTREGA ____/____/____
LOTE N° XXXXXXXX	N° DE SÉRIE: XXXXXXXXX
NÍVEL DE PROTEÇÃO: III-A	Este modelo é certificado que foi testado aprovado de acordo com a Norma NIJ Std 0101.04 Rev. A
<div>[DADOS DO FABRICANTE] SENASP MSP → GSMC-2023 COLETE À PROVA DE BALAS Modelo (masculino ou feminino) SUPERFÍCIE TESTADA ATENÇÃO: - OS PAINÉIS DESTA COLETE TEM POR FINALIDADE PROTEGER O USUÁRIO CONTRA PROJÉTEIS ESPECIFICADOS PARA O NÍVEL ACIMA INDICADO DE ACORDO COM A NORMA NIJ STANDARD 0101.04. - OS PAINÉIS NÃO PROTEGEM O USUÁRIO CONTRA O IMPACTO DE PROJÉTEIS DE RIFLES E OU OBJETOS E INSTRUMENTOS PONTAGUDOS E O CORTANTES. INSTRUÇÕES DE USO E MANEJO: - Não lavar ou limpar a seco os painéis balísticos. - Não dobrar, enrolar ou amassar os painéis balísticos. - Limpar com pano umedecido e água. - Evitar o uso do colete quando suado. - Fazer a oxigenação dos painéis à sombra. - Manter o colete bem ajustado ao corpo de modo a permitir a interação dos painéis. USAR A FACE DO PAINEL COM ESTA ETIQUETA VOLTADA PARA O SEU CORPO.</div>	

Av. Clarisse S. Bezerra - S/N, Loteamento Rui
Palmeira
São Miguel dos Campos, Alagoas, 57246-375



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

MODELO DAS ETIQUETAS DAS CAPAS EXTERNAS – INVÓLUCROSDOS PAINÉIS BALÍSTICOS

TAMANHO X	MODELO XXV
DATA DE FABRICAÇÃO XX.XX.XXXX	VALIDO POR 6 ANOS APÓS O RECEBIMENTO DEFINITIVO, QUE OCORREU EM: ____/____/____
MATERIAL FABRICADO: ARAMIDA, POLIETILENO, ETC	DATA DE ENTREGA ____/____/____
LOTE Nº XXXXXXXX	Nº DE SÉRIE: XXXXXXXX
NÍVEL DE PROTEÇÃO: III-A	Este modelo é certificado que foi testado aprovado de acordo com a Norma NIJ Std 0101.04 Rev. A

[DADOS DO FABRICANTE]

SENASP MSP → **GMSMC-2023**

COLETE A PROVA DE BALAS

Modelo (masculino ou feminino)

VERIFICAR A ETIQUETA DO PAINEL ANTES DE FAZER USO DESTA COLETE.

DETERMINADO O NÍVEL DE PROTEÇÃO BALÍSTICO NELE CONTIDO ONDE ESTÁ PROPORCIONADO.

SEM O PAINEL BALÍSTICO ESTA CAPA NÃO OFERECE PROTEÇÃO CONTRA A
PENETRAÇÃO POR PROJÉTEIS.

CUIDADOS COM A CAPA EXTERNA:

Remova os painéis balísticos antes de lavar. 1.
2. A capa externa pode ser lavada em máquinas automáticas com temperatura de aproximadamente 50°C.
3. Usar sabão neutro de acordo com as instruções do fabricante.
4. Não usar alvejante.
5. Se usar máquina de secar, esta deverá estar na temperatura média.
6. A capa externa deve estar completamente seca antes de inserir os painéis balísticos.
7. A especificação do fabricante do tecido desta capa está indicada na etiqueta fixada na parte interna.

PROTOCOLO DE TESTE

Para aferir se os requisitos técnicos mínimos dos coletes de proteção balística para profissionais de segurança pública estão sendo atendidos, serão realizados os ensaios de acordo como método completo ou simplificado, a depender do esquema de certificação aplicado nos termos da Seção 7, contida na NT-Senasp 003/2021 – que “Estabelece os requisitos mínimos para coletes de proteção balística para profissionais de segurança pública, bem como os métodos para realização dos ensaios, de forma a garantir a segurança, a qualidade, o desempenho e a confiabilidade desses equipamentos de proteção, especificando os níveis de ameaça e os respectivos calibres aos quais um colete de proteção balística deve ser capaz de evitar perfurações ou deformações para a atividade profissional de segurança pública”.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

2.1.5. **PROJETOR MULTIMÍDIA:**

Sistema de projeção

- Na tecnologia 3LCD; e
- Visor de LCD de no mínimo 0,59 polegadas.

Resolução Nativa: De no mínimo 1280 X 800. **Brilho**

- Em cores de no mínimo 3.000 lúmens; e
- Em branco de no mínimo 3.000 lúmens.

Menu: Podendo possuir outros idiomas, mas é imprescindível que possua idioma português.

Contraste: De no mínimo 10.000:1.

Lente de Projeção

- Optical zoom manual e com foco manual; e
- Tamanho da imagem de no mínimo 30 polegadas.

Vida Útil: De no mínimo 6.000 horas na função normal e até 18.000 horas na função ECO.

Fonte de Alimentação: De 100 V a 240 V, 50/60 Hz

Ruído: De no máximo 37dB

Conexões

- Mínimo 02 (duas) conexões HDMI;
- Conexão USB;
- Entrada e saída do computador;
- RCA áudio;
- RCA vídeo;
- Entrada e saída de áudio;
- Conexão RS-232C;
- Conexão RJ45;
- Conexão para cabo de alimentação; e
- Autofalante.

Não será admitido adaptadores para conexões Acessórios

- Cabo de alimentação com no mínimo 1,8 m;
- Cabo HDMI com no mínimo 1,8 m;
- Manual de instalação;
- Controle remoto com pilha; e
- Apresentador passador de slide, com botões emborrachados, botão liga/desliga, botão retornar e avançar slide, botão laser e botão tela cheia; com receptor USB ultra slim e wireless 2.4 GHz; com distância de comunicação mínima de 10 metros.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

Bolsa

- Para viagem na cor preta, com compartimentos acolchoados para acondicionar o projetor multimídia e seus acessórios;
- Confeccionada em material de alta resistência e resistente a água;
- Com fechamento dos bolsos por velcro de alta qualidade; e
- Alça ergonômica e confortável para transportar nas costas.





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

Garantia: A garantia integral do equipamento, deve ser de, no mínimo, 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, com início de vigência a contar da data efetiva de recebimento definitivo.

2.1.6. CAIXA DE SOM:

Caixa som com cores neutras, tal como preto, prata ou cinza. Potência mínima 250 w, voltagem: bivolt para tensões 110/220 Volts. Display digital, entrada para microfone, entrada auxiliar, entrada usb, entrada para instrumentos musicais e bluetooth. Aparelho deve ter suporte para cartão de memória. Com bateria interna recarregável mínimo de 4000 mah. Bateria com duração de no mínimo 3 horas. Volume independente do microfone, alça de transporte. Função REC (gravação), Função Rádio com Frequência FM com busca automática de estação. . O aparelho deve reproduzir formato MP3 ofertando troca e leitura por pasta, aparelho deve tem no mínimo a dimensão 40x20x20 cm (altura x largura x profundidade), Manual do usuário e/ou guiade configuração e/ou Guia de instalação em português.

Garantia: A garantia integral do equipamento, deve ser de, no mínimo, 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, com início de vigência a contar da data efetiva de recebimento definitivo.

2.1.7. NOTEBOOK:

Cor: Cores neutras, tal como preto, prata ou cinza.

Bateria: Com adaptador AC bivolt para tensões 110/220 Volts e no mínimo 45WHr.

Placa mãe: Compatível com os periféricos citados.

Processador

- O processador deverá possuir no mínimo 4 núcleos e 8 threads;
- Clock de no mínimo 2.40 GHz e no máximo 4.5 GHz;
- Cache de 8 MB L3; e
- Ser de última geração e estar em produção.

Sistema Operacional: Deverá vir instalado com sistema operacional similar ao MicrosoftWindows 10 ou superior, em português. Aceitável sistema Linux ou similar.

**Av. Clarisse S. Bezerra - S/N, Loteamento Rui
Palmeira
São Miguel dos Campos, Alagoas, 57246-375**



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

Memória RAM

- Capacidade de no mínimo 8 GB;
- Do tipo DDR4 ou superior;
- Com clock de no mínimo 2666 e máximo de 3200Mhz; e
- Equipamento compatível com um total de no mínimo 16 GB.

Armazenamento

- Com disco SSD Pcie Nvme M.2; e
- Capacidade de no mínimo 256 GB

Tela

- Com tamanho de 15.6";
- Resolução Full HD de no mínimo 1920 x 1080;
- Iluminação LED; e



PREFEITURA DE
**SÃO MIGUEL
DOS CAMPOS**



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

- Anti Reflexo.

Teclado e mouse integrado

- Teclado padrão em Português (Brasil – Padrão ABNT2);
- Teclado numérico incluso; e
- Mouse tipo touchpad com 2 botões e scroll.

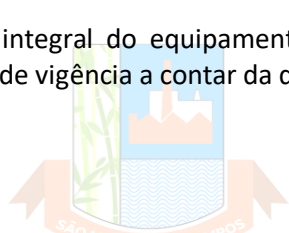
Áudio: Integrado com autofalante estéreo.

Webcam: Acoplada ao gabinete, centralizada na parte superior da tela.

Conectividade

- Bluetooth 5.1;
- Entrada para headset;
- HDMI 2.0;
- Mínimo de 2 (duas) portas USB, sendo no mínimo 1 (uma) USB 3.2;
- LAN Ethernet RJ45 ou com adaptador.

Garantia: A garantia integral do equipamento, deve ser de, no mínimo, 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, com início de vigência a contar da data efetiva de recebimento definitivo.



2.1.8. IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL:

Impressora multifuncional com tipo de impressão: jato tinta colorida, conexões: USB 2.0 de alta velocidade, Wireless, Wi-Fi, Direct, Função copiadora; função Scanner com resolução scanner mínima :1.200 x 2.400 dpi. Velocidade de impressão no mínimo 18 ppm e velocidade de impressão em Preto no mínimo de 25ppm. Com resolução da impressão mínima Preto :600 x 1200 dpi ou melhor e colorida mínima de 4800x1200 dpi. Com ciclo mensal mínimo de 1000 páginas.

Capacidade de entrada de papel igual ou superior a 100 folhas (75g), igual ou superior 20 folhas de papel fotográfico (180g), mínimo 10 envelopes. Tamanhos de papel suportados, pelo menos as seguintes: A4, B5, A6, Envelope e ofício.

Capacidade da bandeja de saída igual ou superior de 20 folhas papel 75g. Impressão frente e verso manual ou automática. Manual do usuário e/ou guia de configuração e/ou Guia de instalação em português. Compatibilidade com sistema operacional: Windows 10 e Windows 11 ou similar.

Tensão alimentação: bivolt para tensões 110/220 Volts, sistema eco-tank ou similar.

**Av. Clarisse S. Bezerra - S/N, Loteamento Rui
Palmeira
São Miguel dos Campos, Alagoas, 57246-375**



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

Garantia: A garantia integral do equipamento, deve ser de, no mínimo, 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, com início de vigência a contar da data efetiva de recebimento definitivo.

2.1.9. MICROFONE:

Microfone sem fio, acompanhado do receptor. Sincronização automática de frequência entre o receptor e o transmissor. Oscilador controlado a cristal. Sensibilidade igual 5dBuv. Alimentação do microfone através de bateria. Bateria com autonomia igual ou superior a 120 minutos. Fonte de alimentação em DC0,3 12v DC ou compatível. Alcance de pelo menos 40





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

metros em área livre totalmente aberta. Aplicação auditório. Frequência preferencialmente: 40hz 20khz ou equivalente.

Garantia: A garantia integral do equipamento, deve ser de, no mínimo, 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, com início de vigência a contar da data efetiva de recebimento definitivo.

3 - BASE LEGAL:

Este termo foi elaborado obedecendo os dispostos nas normas e procedimentos dispostos na Lei 8.666/1993, Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 peça integrante, indispensável e inseparável do processo licitatório vinculando-se ao edital e aos seus anexos.

Além da Norma Técnica 006/2022 sob Veículos Leves para emprego operacional na atividade de Segurança Pública e Norma Técnica Senasp - 003-2021 dispõe sobre os Coletes de Proteção Balística.

Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de agosto de 2023. O Decreto nº 10.030, de 30 de setembro de 2019 que dá nova redação ao Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados (R-105); Portaria Exército Brasileiro nº 18 - D LOG, de 19 de dezembro de 2006, que aprova as Normas Reguladoras da Avaliação Técnica, Fabricação, Aquisição, Importação e Destruição de Coletes à Prova de Balas, e dá providências;

Portaria MJSP nº 104, de 09 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o Pró- Segurança - Programa Nacional de Normalização e Certificação de Produtos de Segurança Pública.

4 - PRAZO DE EXECUÇÃO:

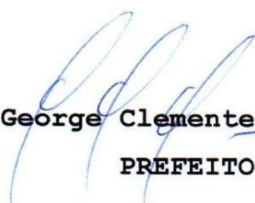
O prazo de execução será em consonância com o cronograma de execução, acostado na aba "anexos" da Plataforma Transferegov.br.

5 - MÉTODOS:



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

Considerando a responsabilidade exclusiva do Conveniente, os métodos serão devidamente estipulados e ajustados nos atos preparatórios e na realização do procedimento licitatório, com base no arts. 106º e 50 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023.


George Clemente Vieira
PREFEITO



MINUTA DE CONTRATO Nº XXXX/2024.

ANEXO B
MINUTA DE CONTRATO

INSTRUMENTO DE CONTRATO DE XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS/AL E DO OUTRO O XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, QUE TEM JUSTO E ACORDADO O SEGUINTE:

Os CONTRATANTES, nos termos do Processo nº 0000000/2024, inclusive aprovados através de Parecer Jurídico da Douta Procuradoria deste município, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da contratação XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX de licitação nº 0000/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE XXXXXXXXXXXXXXXX – ALAGOAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXX, com sede administrativa na Rua Tavares Bastos, s/nº, Centro, representado por seu Prefeito, Sr. XXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXXXXXXXXXXXXXX SSP/AL e inscrito no CPF/MF sob o nº. XXXXXXXXXXXXXXXX.

CONTRATADA: XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada pelo Sr. XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrito no CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXX, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por Termo de Posse.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

GERENCIADOR: A XXXXXXXXXX, situada na XXXXXXXX, s/nº, XXXXXXXXXX, neste Município, neste ato representado pelo Superintendente Sr. XXXXXXXXXX, inscrito no CPF nº 00000000000.

Por meio deste instrumento particular, as partes acima qualificadas, doravante denominadas, respectivamente, de CONTRATANTE e CONTRATADA celebram Contrato xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, que se regerá pelas cláusulas adiante elencadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, nos termos XXXXXXXX da Lei nº 14.133/2021.
- 1.2. Objeto da contratação:
- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - 1.3.1. O Termo de Referência;
 - 1.3.2. A Proposta do contratado;
 - 1.3.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é até XXXXXXXXXX de 2024, contados a partir da data da sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

Conforme disposto no Termo de Referência.

- 5.1. Previsão de entrega do objeto é de no máximo 00 (xx) dias, a contar da data de retirada/recebimento da ordem de fornecimento e nota de empenho.
- 5.2. Os critérios de Fornecimento/Execução dos serviços deverão obedecer ITEM 5 do Termo de Referência e ETP quando houver.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

6. O valor total da contratação é de R\$ XXXXXXXXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)

6.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.2. O pagamento será efetuado a cada prestação do serviço, acompanhado da respectiva nota fiscal, até o 30º dia consecutivo, após o ateste realizado pela Comissão designada pela Contratante por meio de Portaria. A data do referido ateste será a mesma informada na emissão/inclusão do Termo de Recebimento Definitivo.



CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da proposta, juntada aos autos do processo em epígrafe.

8. **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.** São obrigações do Contratante:

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas: Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.2. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

9.4. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade digitalmente, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.6. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.7. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços.

9.8. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.9. Prestar os serviços com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10. Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

a) Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.1. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.1.1. ADVERTÊNCIA: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para os quais tenha concorrido.

11.1.2. MULTA: pelo atraso no início da Apresentação, quando não justificado ou rejeitado pela Secretaria Municipal contratante, em relação ao cumprimento dos horários estipulados para as Apresentações: multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por hora de atraso, calculado sobre o valor total dos serviços, limitada a 2% (dois por cento) deste. Admitindo-se um atraso não superior à 2 (duas) horas do horário estipulado.

11.1.3. SUSPENSÃO E MULTA: a inexecução contratual, parcial ou total, referente ao atraso superior à 5 (cinco) dias, do indicado para a Apresentação Artística, submeterá a Responsável às penalidades previstas na Lei nº 14.133/21, na suspensão temporária da participação em Licitações e impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de 2 (dois) anos e multa de até 20% (vinte por cento) do valor contratado.

11.1.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE: para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2. A Administração Pública, para a imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela CONTRATADA, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 a 139 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012. Em se tratando de contratação por inexigibilidade, o contrato e seus aditamentos deverão ser divulgados em 10 dias úteis, contados da data de sua assinatura, conforme o inciso II do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

Fica eleito o Foro da Justiça São Miguel dos Campos/AL, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX-AL, XX de XXXXX de 2024.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
MUNICÍPIO DE XXXXXXXXXXXXXXXX – ALAGOAS



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

ANEXO C

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
N.º 000/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 000000/2024

O(A) Secretaria Municipal de Saúde que gerenciará a ata de registro de preços, com sua sede no(a) Rua xxxxxxxxxxxxxxxxx, na cidade de São Miguel dos Campos/AL, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a) Secretário(a) xxxxxxxxxxxxx, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **pregão**, na forma **eletrônica**, para REGISTRO DE PREÇOS em epígrafe, publicada no ____ de 00/00/2024, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Municipal nº 90, de 27 de dezembro de 2023 (São Miguel dos Campos/AL) e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual xxxxxxxxxxxxx, especificado(s) no Termo de Referência/Projeto Básico, anexo do edital alhures, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima ou Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade



2.2. Havendo listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços, este constará como anexo a esta Ata de forma expressa.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão dos Recursos Humanos e do Patrimônio.

3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços todos os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do município licitante.

4. DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta.

4.2. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.2.1. *apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;*

4.2.2. *demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e*

4.2.3. *consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.*

4.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

Dos limites para as adesões

4.4. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.5. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.6. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.



- 5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;
- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, conforme item 2.2., o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e
- 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.



5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, havendo cadastro de reserva ou não, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 ou normativa específica de âmbito local.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados e os contratos deles decorrentes poderão ser reajustados após 1 (um) ano da data-base fixada na Ata de Registro de Preços, conforme art. 77 do Decreto Municipal nº 091, de 27 de dezembro de 2023.

7.2. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.



7.2.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.2.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.2.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.2.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.3.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.3.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.3.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.3.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.3.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.3 e no item 7.3.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.3.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.



8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.



9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, se houver, no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º 000/2024
CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS



PREFEITURA DE
SÃO MIGUEL
DOS CAMPOS